

## EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário disponibiliza a segunda edição do décimo ano da publicação eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura*, relativa a abril de 2017. Além das partes fixas, representadas pelo Panorama Econômico e os Indicadores, o periódico apresenta três textos que tratam da economia e sociedade brasileira.

O primeiro artigo especula se a recessão, acontecida na nação entre abril de 2014 e dezembro de 2016, já seria coisa do passado ou ainda permaneceria impregnada no cotidiano econômico.

A segunda reflexão discute os prováveis efeitos da elevação dos juros nos Estados Unidos no ambiente de negócios brasileiro, particularmente em um momento de exacerbação dos problemas de natureza política.

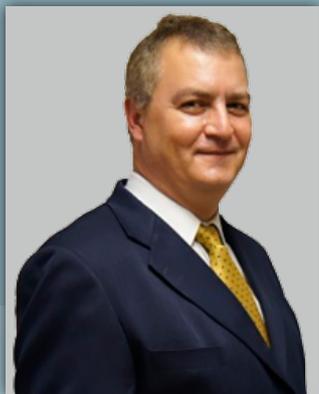
Já a terceira abordagem interpreta a deterioração dos indicadores sociais do País, refletida no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ótima leitura.

*Gilmar Mendes Lourenço*

*Editor.*

# Equipe Técnica



**Carlos Ilton Cleto**

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



**Gilmar Mendes Lourenço**

Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor da FAE, eleito “O Economista Paranaense Acadêmico do Ano de 2011”, pelo Corecon/PR, e vencedor do Prêmio “Imprensa”, em 2011, 2012, 2013 e 2014, na categoria gestor de empresa pública, oferecidos pelo grupo Quality TV & Jornais.



**Gustavo Nunes Mourão**

Economista, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá, doutorando em Economia pela Universidade Federal do Paraná e professor da FAE.

## RECESSÃO 2014-2016 – IMAGEM NO RETROVISOR?

Gilmar Mendes Lourenço

As estatísticas do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativas ao último quarto de 2016, serviram para confirmar o mergulho recessivo de onze trimestres consecutivos, apresentado pela economia brasileira, representando a mais profunda e prolongada depressão dos negócios observada na história republicana, marcada pela queda acumulada de -9,7% do produto interno bruto (PIB) do País, entre abril de 2014 e dezembro de 2016.

De fato, a inércia contracionista herdada da orientação macroeconômica equivocada da gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, somada às dificuldades, de múltiplas naturezas, enfrentadas pelo governo Temer, para a formulação de um plano de ação voltado à superação da instabilidade e à criação de condições ao resgate da confiança dos agentes na retomada do crescimento, constituem as raízes da repetição da colheita de resultados negativos também em 2016.

Ao contrário dos eventos de retração anteriores, associados a processos inflacionários e/ou a desequilíbrios do balanço de pagamentos, desta feita o episódio recessivo repousa no elevado volume dos passivos corporativos e das famílias, consequência de decisões de consumo e de investimentos ancoradas em uma espiral de empréstimos e financiamentos, oficiais e privados, que, esbarrou, essencialmente, em entraves domésticos, expressos na exaustão da capacidade financeira da população para a realização de compras a prazo e na fragilização do poder de dispêndio e inversão do estado brasileiro.

Daí o decréscimo de -3,6% do PIB, com decréscimos setoriais generalizados, com destaque para transportes, armazenagem e comunicações (-7,1%), agropecuária (-6,6%), comércio (-6,3%) e indústria de transformação e construção civil (5,2%). Pela ótica da demanda, foi contabilizado recuo em gastos do governo (-0,6%), em velocidade incomparavelmente menor que da diminuição da arrecadação (-6,4%), consumo das famílias (-4,2%) e formação bruta de capital fixo (-10,2%), esta última em linha com a contração nas importações (-10,3%). Com isso, a taxa de investimento desceu para 16,4% do PIB, o menor nível desde 2003. Apenas as exportações ostentaram comportamento positivo (1,9%).

*A dramaticidade da crise pode ser evidenciada pelo encerramento líquido de operações de 108,7 mil estabelecimentos de varejo com vínculos empregatícios no País em 2016.*

A dramaticidade da situação pode ser evidenciada pelo encerramento líquido de operações de 108,7 mil estabelecimentos de varejo com vínculos empregatícios no País em 2016, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), configurando o pior resultado da série histórica, iniciada em 2005.

Contudo, a questão crucial diz respeito à eliminação do colapso produtivo e ao surgimento de um quadro de recuperação sustentada dos níveis de atividade. Em outras palavras, a indagação chave é se a recessão, verificada entre 2014 e 2016, pode ser considerada apenas uma imagem no retrovisor e os requisitos à formação de um circuito virtuoso já estariam presentes na nação.

Por certo, o recuo consistente da inflação, oportunizando inclusive o desencadeamento de sucessivas rodadas de redução dos juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), e a fincada de importantes estacas para a reversão do desnível das finanças públicas, em médio e longo prazo, particularmente a fixação de teto de variação dos gastos da União (executivo, legislativo e judiciário) e o encaminhamento e tramitação da reforma da previdência, no Congresso Nacional, constituem ativos de restauração da credibilidade no arranjo da estabilização e de retorno da previsibilidade no cálculo econômico.

Não obstante, as perturbações políticas que afligem o governo federal e o legislativo - cujos membros estratégicos constituem alvos potenciais dos escândalos apurados pela operação Lava Jato - determinam a conformação de um ambiente caracterizado por modesta reversão do cenário de desconfiança dos atores sociais, marcado pela combinação entre calibrado abrandamento do pessimismo e presença de incertezas nada desprezíveis.

Preocupa também a direção e os sinais ainda contraditórios dos principais indicadores econômicos, neste começo de 2017. Enquanto as exportações e importações acusaram evolução, algo que não acontecia desde fins de 2014, e os pedidos de recuperação judicial de empresas regrediram, as solicitações de falência, a produção industrial e o emprego formal e informal prosseguiram em rota descendente.

No fundo, não é difícil perceber que a sensação de melhora estaria mais na cabeça (ou esperança e desejo) das pessoas do que na performance da economia real, o que serve para referendar a hipótese de existência de razoável hiato temporal entre a eliminação e afastamento da conjuntura de retrocesso e o começo de uma fase de expansão consistente.

Infelizmente, como a ciência econômica ensina que, entre os dois mundos, podem emergir tempos de estagnação, resta uma legítima torcida pelo êxito do agronegócio “velho de guerra” que, com safra recorde superior a 220 milhões de toneladas, bafejado por reação da demanda e preços globais, é imbatível. Aliás, os mercados, escutados semanalmente pelo BC, na pesquisa Focus, projetam expansão de 0,5% do PIB do Brasil no corrente ano. Mais da metade desse modesto desempenho virá dos efeitos multiplicadores dinâmicos do agro.

## A SUBIDA DOS JUROS NOS EUA E O BRASIL

*Gilmar Mendes Lourenço*

O Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), pertencente ao Federal Reserve (FED), banco central dos Estados Unidos (EUA), elevou a Federal Funds Rate em 0,25 ponto percentual, passando-a da faixa de 0,50% a 0,75% ao ano para 0,75% a 1,00% a.a., independentemente da evolução das propostas do presidente Trump, na direção da aplicação de retaliações comerciais à China, diminuição da carga de impostos incidentes sobre as corporações e das amarras regulatórias e ampliação dos dispêndios públicos em infraestrutura e defesa.

A Federal Funds Rate, taxa básica daquele País, serve de referência para a fixação dos juros cobrados entre as instituições financeiras nas operações de empréstimos de um dia. É a terceira vez, em menos de um ano, e a segunda, em três meses, que a autoridade monetária norte-americana decidiu subir a taxa primária. Em dezembro de 2016 também houve aumento de 0,25 ponto percentual.

*A decisão do FED já era esperada pelos mercados, por conta das repercussões inflacionárias da recuperação da economia dos EUA.*

A deliberação do FED já era esperada pelos mercados, em razão dos desdobramentos inflacionários da recente recuperação da economia dos EUA. Enquanto o PIB vem crescendo a um ritmo superior a 2,0% a.a. e o desemprego recuou para o patamar de 4,7% da população economicamente ativa (PEA), pré-crise de 2008, a inflação já rompeu a barreira de 2,5% a.a. De acordo com o FED, há espaço para majorações graduais dos juros, provavelmente duas, até o final de 2017.

O que deve acontecer com o Brasil como consequência da decisão do Fomc? À primeira vista, em clima de acirramento da concorrência intercapitalista, qualquer alteração para cima na remuneração dos papéis de curto prazo americanos constitui estopim para a deflagração de rearranjos nas carteiras de ativos financeiros em todo o planeta, em detrimento das posições ocupadas pelos mercados emergentes.

Porém, se esforços para a restauração e/ou reforço dos fundamentos da estabilização e da retomada do crescimento prosseguirem de forma firme e transparente por aqui, não há o que temer. Ao contrário, em caso de a política econômica permanecer surfando na onda de cortes mais encorpados da taxa Selic, em dimensão de um ponto percentual, a partir da reunião do Copom de abril de 2017, em linha com o consistente declínio da inflação, parece pouco provável a ocorrência de qualquer efeito negativo na macroeconomia nacional associado à conduta do FED.

É prudente sublinhar que a inflação despencou no País por causa da recessão, pois, por ora, o ajuste fiscal não passa de uma mera promessa baseada na aposta de aprovação da reforma da previdência, sem alterações relevantes no projeto original, enviado pelo executivo ao legislativo, o que, por sinal, depende do desate do nó político, algo bastante complicado na “terra das delações premiadas da Lava Jato” e da segunda lista do Rodrigo Janot.

Logo, urge persistir na busca de erro zero na gestão monetária, fiscal e cambial, desprovida de ranços ideológicos, condição essencial para a sustentação do embrião de recuperação econômica - ainda demasiadamente ancorada na dupla formada por agronegócio e exportações - que, na melhor das hipóteses, deve manter a produção e os negócios estagnados até ao menos o final do ano, escorados na utilização da capacidade ociosa das empresas, acumulada durante os onze trimestres seguidos de recessão.

Por certo, há aqueles que discordam, não gostam e até desprezam esse tipo de argumento ou hipótese de interpretação da dinâmica cíclica dos níveis de atividade. Tais posturas devem ser respeitadas com a advertência de que, em regimes capitalistas, o organismo econômico funciona desse jeito.

## A ONU E A DETERIORAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL

*Gilmar Mendes Lourenço*

Se as estatísticas econômicas já vinham demonstrando flagrante pauperização da base produtiva brasileira, com desdobramentos no mercado de trabalho e nas condições de vida da população, os indicadores sociais, sintetizados no índice de desenvolvimento humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relativo ao ano de 2015, também passaram a exibir marcas de deterioração.

As estimativas, realizadas anualmente desde 1990 para um grupo de 188 países, são obtidas por meio da concatenação de parâmetros aferidores das condições de renda, saúde e educação, e oscila em uma escala de 0 (zero) até a unidade, atestando maior desenvolvimento à medida que se aproxima de 01 (um).

De acordo com a pesquisa, o Brasil registrou IDH de 0,754, em 2015, permanecendo no mesmo patamar de 2014, algo que não ocorria desde 2004, e mantendo o 79º lugar no ranking global, abaixo do Azerbaijão (78º) e em empate com Granada. Com isso, o País continuou figurando, na América do Sul, atrás do Chile (0,847; 38º), Argentina (0,827; 45º), Uruguai (0,795; 54º,) e Venezuela (0,767; 71º). Mesmo na América Central aparecem estados com melhor classificação que o Brasil. São eles: Cuba (0,775; 68ª); Trinidad e Tobago (0,780; 65ª) e Barbados (0,795; 54ª).

Na verdade, no intervalo de tempo compreendido entre 1990 e 2014, a nação brasileira experimentou progressivos avanços no indicador, que passou de 0,611 para 0,754, representando acréscimo de 23,4%. Os incrementos mais expressivos foram constatados no período 2012-2014, fortemente influenciados pelo alargamento das iniciativas oficiais de transferência de renda.

Em um cômputo geral, 159 países (84,5% do total), observaram elevação do IDH. Logo, a interrupção da escalada na qualidade de vida despachou o Brasil para um time de 16 (dezesesseis) espaços geográficos que não acusaram aumento como Iraque, Irã, Afeganistão, Líbano e a pequena ilha de Santa Lúcia, no Caribe. 13 (treze) registraram queda, alguns vivenciando situações de guerra, como Ucrânia e Líbia.

A estagnação da melhoria do score social nacional em 2015 derivou, fundamentalmente, do recuo de -4,8% do rendimento bruto per capita que retrocedeu aos patamares de 2010, motivado pela conjugação entre os efeitos da mais profunda e prolongada recessão da história da república e a disparada inflacionária. Em outros termos, a impulsão do desemprego (de 6% para 9% da população economicamente ativa, de 2014 para 2015) e a corrosão do poder aquisitivo das famílias, com a abrupta elevação do nível geral de preços (de 6,4% para 10,7%, de 2014 para 2015), estariam na raiz da compressão da renda.

Examinando as outras duas pernas do IDH, percebem-se discretas melhoras. A esperança de vida ao nascer, sinalizador de imagem e movimento da variável saúde, preservou marcha ascendente, passando de 74,5 anos, em 2014, para 74,7 anos, em 2015, contra 73,3 anos, em 2010, corroborando a tendência estrutural de envelhecimento da população brasileira.

Com respeito ao componente educação, um dos termômetros, a expectativa de anos de estudo, depois de variar de 14 anos para 15,2 anos, entre 2010 e 2013, situou-se nos mesmos níveis em 2014 e 2015. Enquanto isso, a bússola expressa na média de anos de estudo, prosseguiu o curso expansivo apresentado desde 2010, quando assinalava 6,9 anos, subindo para 7,7 anos, em 2014, e 7,8 anos, em 2015. Ainda assim, a média da nação é inferior à levantada para Mercosul e Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Contudo, quando o PNUD procedeu ao cálculo do IDH ajustado à desigualdade, incorporando a diferença entre ricos e pobres, o Brasil retrocedeu de 0,754 para 0,561 e desceu 19 (dezenove) degraus (79º para o 98º), protagonizando o 3º maior declínio na tabela do certame mundial, em situação de empate com Coreia do Sul e Panamá, e melhor apenas que Irã e Botsuana, que despencaram 40 (quarenta) e 23 (vinte e três) posições, respectivamente. Por essa ótica de mensuração, Argentina e Uruguai sacrificariam 06 (seis) e 07 (sete) lugares, respectivamente, e, no elenco dos 20 (vinte) líderes da lista, somente Países Baixos, Islândia, Suécia e Luxemburgo avançariam, havendo retrações também em Estados Unidos, Dinamarca e Israel.

Na mesma linha, na medição do Coeficiente de Gini - que denota o grau de concentração de renda de uma sociedade e varia entre 0 (zero) e 01 (um), caracterizando diminuição da disparidade ao se distanciar da unidade - entre 2010 e 2015, o PNUD identificou o Brasil com a décima maior desigualdade do planeta e a quarta maior da América Latina e Caribe, perdendo apenas para Haiti, Colômbia e Paraguai.

No fundo, a orientação econômica equivocada, gestada por essas paragens desde fins de 2008, sob a justificativa de anteparo à crise financeira internacional, aprofundada a partir do segundo semestre de 2011 e acrescida de temperos, produzidos por articulações promíscuas – celebradas entre governo, legislativo e algumas corporações de grande porte, na direção do aperfeiçoamento da organização de redes de desvios de recursos públicos - constituiu o elemento determinante da formação de um ambiente de depressão da atividade econômica.

*Observou-se rápida  
reversão dos substanciais  
ganhos sociais  
acumulados desde  
primórdios de 1994.*

Por extensão, assistiu-se a rápida reversão dos substanciais ganhos sociais acumulados desde primórdios de 1994, com o lançamento e consolidação do plano real e a supressão da hiperinflação, além da aplicação da retaguarda de proteção oficial, plantada na Constituição de 1988, no transcorrer das gestões de Fernando Henrique Cardoso e Lula e no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.

Considerando que os números do PNUD refletem menos de 2/3 do ciclo recessivo imposto ao País desde abril de 2014, e a maximização da conjuntura contracionista em 2016, com o alcance pleno do mercado de ocupações e dos ramos de comércio e serviços, parece razoável projetar um cenário de piora dos indicadores sociais brasileiros em médio prazo.

A precarização da vida das famílias tem forçado a população jovem a abandonar a escola e buscar ingresso no mercado de trabalho, no afã de abrandar o estreitamento dos orçamentos domésticos. Em paralelo, os expressivos cortes no programa de financiamento estudantil subsidiado também devem contribuir para a fragilização da educação.

Até porque, mesmo com o diagnóstico de fim da fase aguda da crise, a sobra de capacidade produtiva nas empresas industriais e de oferta de mão de obra deve definir contornos tímidos à recuperação econômica, justamente no estágio derradeiro da janela demográfica, à espera das reformas institucionais voltadas à feitura do ajuste fiscal e à impulsão da eficiência da microeconomia e crucialmente subordinadas ao desenrolar do novelo político.

## INDICADORES

Gustavo Nunes Mourão

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2016-2021

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2017	0,45	8,80	3,28	4,11
2018	2,46	8,64	3,39	4,38
2019	2,58	8,77	3,45	4,32
2020	2,54	8,64	3,51	4,29
2021	2,47	8,53	3,58	4,20

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 24/03/2017

NOTA: Meta para taxa de juros SELIC e taxa de câmbio para o final do ano.

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS – JANEIRO 2007-2017

JAN/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2007	30,38	-0,19	14,90	0,84	45,94
2008	28,99	0,22	13,73	0,78	43,71
2009	24,98	-0,96	13,22	0,81	38,04
2010	28,12	-1,32	12,06	0,73	39,60
2011	26,61	-1,14	11,46	0,64	37,56
2012	25,01	-1,17	10,62	0,55	35,02
2013	22,21	-1,33	10,69	0,59	32,16
2014	20,08	-1,29	10,62	0,59	30,00
2015	22,36	-1,53	11,00	0,69	32,51
2016	25,15	-3,65	12,90	0,90	35,30
2017	36,57	-2,78	11,70	0,89	46,38

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

## INDICADORES

*Gustavo Nunes Mourão*

### VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – FEVEREIRO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	25.774	71,59	36.003	25,53	100.961	2,06	1.250.831
DESLIGAMENTOS	25.078	72,24	34.715	27,56	90.999	2,06	1.215.219
Nº EMPREGOS FOMAS EM 01/JAN/2016	684.113	70,52	970.038	26,51	2.580.699	1,79	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	151.613	71,74	211.323	23,34	649.668	1,85	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	696	-	1.288	-	9.962	-	35.612

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

### VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - FEVEREIRO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.851	7,92	36.003	2,82	100.961	0,23	1.250.831
DESLIGAMENTOS	2.867	8,26	34.715	3,15	90.999	0,24	1.215.219
Nº EMPREGOS FOMAS EM 01/JAN/2016	85.491	8,81	970.038	3,31	2.580.699	0,22	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.429	6,83	211.323	2,22	649.668	0,18	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-16	-	1.288	-	9.962	-	35.612

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

### VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – FEVEREIRO/2017

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.321	3,67	36.003	1,31	100.961	0,11	1.250.831
DESLIGAMENTOS	1.097	3,16	34.715	1,21	90.999	0,09	1.215.219
Nº EMPREGOS FOMAS EM 01/JAN/2016	37.885	3,91	970.038	1,47	2.580.699	0,10	38.320.321
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.706	2,70	211.323	0,88	649.668	0,07	8.182.382
VARIAÇÃO ABSOLUTA	224	-	1.288	-	9.962	-	35.612

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

# INDICADORES

Gustavo Nunes Mourão

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) -MAR/2016-FEV/2017

DIA	JAN/16	FEV/17	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16
1		<b>64836,12</b>	44121,79	50561,52		49.012,65	52.233,04	56755,76	58.236,26		63326,41	59506,54
2	59588,70	<b>64538,21</b>	44893,48		53561,53	49.887,24		56162,38	59616,39			60316,12
3	61813,83	<b>64953,93</b>	47193,39		52260,18	50619,49		57076,91		59.461,22	61750,17	
4	61589,05		49084,86	48779,98	52552,79		52.568,65	57593,89		59.339,22	61598,39	
5	62070,98			49053,61	51671,04		51.842,27	57661,14	59566,34	60.254,34		59831,72
6	61665,36	<b>63992,93</b>		48096,24	51717,82	50431,80	51.901,80		60129,43	60644,24		61088,24
7		<b>64198,89</b>	49246,10	48513,10		50487,35	52.014,65			61108,98	64051,65	61414,40
8		<b>64835,40</b>	49102,13	50292,92		51629,29	53.140,74	57635,42	60231,65		64157,67	60676,56
9	61700,29	<b>64964,88</b>	48665,09		50990,06	51118,46		57689,41	57999,72		63258,26	60500,61
10	62131,80	<b>66124,62</b>	49571,10		53070,90	49422,15		56919,77		61668,33	61200,95	
11	62446,26		49638,67	50165,47	52764,46		53.960,11	58299,57		61021,84	59183,50	
12	63953,93			52001,86	53241,31		54.256,40	58298,40	58586,11			59178,61
13	63651,51	<b>66967,64</b>		53149,84	51804,30	49660,79	54.598,28		56820,77	61118,58		59280,57
14		<b>66712,88</b>	48867,33	52411,01		48648,29	55.480,86		57059,46	61767,21	59657,46	58212,11
15		<b>67975,58</b>	47130,02	53227,74		48914,74	55.578,23	59145,97	57909,48			58396,16
16	63831,27	<b>67814,24</b>	47763,43		51802,92	49411,61		58855,43	57079,75		60759,31	58389,04
17	64354,33	<b>67748,41</b>	50913,78		50839,44	49533,84		59323,83		62696,10	59770,47	
18	64149,57		50814,65	52894,07	50561,70		56.484,21	59166,01		63782,20	59961,76	
19	63950,86			53710,04	50132,53		56.698,06	59098,92	57350,37	63505,60		57110,99
20	64521,18	<b>68532,85</b>		53630,93	49722,74	50329,36	56.578,04		57736,45	63837,85		57582,89
21		<b>69052,02</b>	51171,54	52907,87		50837,80	56.641,48		58393,92	64108,08	61070,27	57646,52
22		<b>68589,54</b>	51010,19			50156,30	57.022,08	57781,24	58994,16		61954,47	57255,22
23	65748,62	<b>67461,39</b>	49690,04		49330,42	51559,81		58020,03	58697,00		61985,90	57937,10
24	65840,09	<b>66662,10</b>	49657,39		49345,18	50105,26		57717,88		64059,89	61395,53	
25		<b>41887,90</b>		51861,71	49482,85		56.872,22	57722,13		63866,20	61559,07	
26	66190,62	<b>41593,07</b>		53082,50			56.782,75	57716,24	58053,53	63825,68		58620,26
27	66033,98			54477,78	49051,49	49245,53	56.852,84		58382,48	64249,50		58696,69
28			50838,22	54311,96		50006,56	56.667,11		59355,76	64307,63	62855,49	59781,63
29			51154,99	53910,50		51001,90	57.308,20	58610,39	58350,56		60986,51	60227,28
30	64301,73		51248,92		48964,34	51526,92		58575,42	58367,04		61906,35	
31	64670,78		50055,27		48471,70			57901,10		64924,51		
<b>MÍNIMO</b>	59588,70	<b>63992,93</b>	44121,79	48096,24	48471,70	48648,29	51.842,27	56162,38	56820,77	59339,22	59183,50	57110,99
<b>MÁXIMO</b>	66190,62	<b>69052,02</b>	51248,92	54477,78	53561,53	51629,29	57.308,20	59323,83	60231,65	64924,51	64157,67	61414,40

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reinversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

# INDICADORES

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS  
SELECIONADOS – DEZ/2000–JAN/2017

PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 kg)	Feijão Preto (30 kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 kg)	Milho (60 kg)
Dez/2000	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/2001	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/2002	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/2003	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/2004	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/2005	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/2006	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/2007	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/2008	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/2009	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/2010	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/2011	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/2012	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/2013	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/2014	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Jan/2015	60,07	87,87	1.132,40	34,37	24,43
Fev/2015	60,10	89,11	1089,72	34,51	24,39
Mar/2015	60,35	84,95	1152,64	35,94	25,01
Abr/2015	62,05	80,90	1108,53	40,36	24,69
Mai/2015	67,60	77,91	1046,36	41,54	23,00
Jun/2015	74,88	73,80	1047,04	40,00	23,32
Jul/2015	74,70	74,08	1143,47	38,97	24,54
Ago/2015	74,05	75,75	1186,26	38,90	24,96
Set/2015	74,85	77,42	1.323,52	39,33	27,30
Out/2015	77,40	80,63	1.393,83	42,20	28,93
Nov/2015	58,98	81,41	1370,71	43,48	28,71
Dez/2015	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/2016	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/2016	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/2016	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/2016	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/2016	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/2016	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/2016	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/2016	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/2016	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/2016	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/2016	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/2016	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/2017	...	125,18	1153,42	37,19	34,81

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

# INDICADORES

## INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837 <sup>(1)</sup>	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848 <sup>(3)</sup>	Índice Ibovespa fechamento mensal (pontos) 7845 <sup>(2)</sup>	Emissão Primária de Debêntures 7841 (R\$ milhões)	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 <sup>(3)</sup>	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 <sup>(4)</sup>
2005 (DEZ)	653.714	841	33.455	41.538	10.718	2.205
2006 (DEZ)	794.875	1.181	44.473	69.463	12.463	2.415
2007 (DEZ)	912.869	1.765	63.886	46.535	13.265	2.652
2008 (DEZ)	917.297	1.088	37.550	37.458	8.776	1.577
2009 (DEZ)	1.086.267	1.740	68.588	2.720	10.428	2.269
2010 (DEZ)	1.286.654	2.071	69.304	2.025	11.578	2.653
2011 (DEZ)	1.501.728	1.834	56.754	220	12.218	2.605
2012 (DEZ)	1.786.186	1.962	60.952	850	13.104	3.020
2013 (DEZ)	1.939.384	1.890	51.507	300	16.577	4.177
Jan/2014	1.934.332	1.803	47.638	0	15.699	4.104
Fev/2014	1.952.954	1.789	47.094	1.000	16.322	4.308
Mar/2014	1.979.747	1.901	50.514	250	16.458	4.199
Abr/2014	1.983.269	1.940	51.626	1.098	16.581	4.115
Mai/2014	2.017.747	1.902	51.239	0	16.717	4.243
Jun/2014	2.045.954	1.961	53.168	0	16.827	4.408
Jul/2014	2.067.374	2.037	55.829	481	16.563	4.370
Ago/2014	2.107.037	2.224	61.288	0	17.098	4.580
Set/2014	2.130.781	1.979	54.115	0	17.043	4.493
Out/2014	2.149.367	1.980	54.628	845	17.391	4.631
Nov/2014	2.166.487	1.992	54.724	0	17.828	4.792
Dez/2014	2.156.887	1.824	50.007	0	17.823	4.736
Jan/2015	2.192.912	1.745	46.907	10.000	17.165	4.635
Fev/2015	2.226.999	1.897	51.583	551	18.133	4.964
Mar/2015	2.260.558	1.885	51.150	321	17.776	4.901
Abr/2015	2.282.144	2.066	56.229	4.600	17.841	4.941
Mai/2015	2.235.805	1.949	52.760	0	18.011	5.070
Jun/2015	2.355.165	1.973	53.080	0	17.620	4.987
Jul/2015	2.388.160	1.903	50.864	740	17.690	5.128
Ago/2015	2.425.397	1.754	46.625	0	16.528	4.777
Set/2015	2.343.942	1.700	45.059	1.350	16.285	4.620
Out/2015	2.448.624	1.679	45.868	1.892	17.664	5.054
Nov/2015	2.465.544	1.659	45.120	0	17.720	5.109
Dez/2015	2.472.963	1.591	43.349	1.185	17.425	5.007
Jan/2016	2.522.931	1.506	40.405	0	16.466	4.614
Fev/2016	2.553.705	1.561	42.793	0	16.517	4.558
Mar/2016	2.600.246	1.795	50.055	20.000	17.685	4.870
Abr/2016	2.635.683	1.918	53.910	0	17.831	4.775
Mai/2016	2.670.626	1.740	48.471	0	17.787	4.948
Jun/2016	2.690.456	1.821	51.526	0	17.930	4.843
Jul/2016	2.738.202	2.004	57.308	0	18.432	5.162
Ago/2016	2.795.674	2.029	57.901	0	18.401	5.213
Set/2016	2.820.714	2.045	58.367	0	18.308	5.312
Out/2016	2.860.310	2.181	64.924	878	18.142	5.190
Nov/2016	2.887.156	2.135	61.906	0	19.124	5.324
Dez/2016	2.953.369	2.078	60.227	975	19.763	5.383
Jan/2017	3.035.796	2.239	64.670	0	19.864	5.615
Fev/2017	3.088.727	2.234	66.662	0	20.822	5.825

FONTES: (1) Banco Central do Brasil, (2) Bovespa (Índice de Fechamento do último dia útil do mês), (3) Dow Jones, (4) Nasdaq

NOTA: Para os anos de 2005 a 2008, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

# INDICADORES

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997-2017 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M) VALOR
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
1997	4.853.587	14	3.306.968	36	1.546.619
1998	4.227.995	(13)	4.057.589	23	170.406
1999	3.932.659	(7)	3.699.490	(9)	233.169
2000	4.394.162	12	4.686.229	27	-292.067
2001	5.320.211	21	4.928.952	5	391.259
2002	5.703.081	7	3.333.392	(32)	2.369.689
2003	7.157.853	26	3.486.051	5	3.671.802
2004	9.405.026	31	4.026.146	15	5.378.879
2005	10.033.533	7	4.527.237	12	5.506.296
2006	10.016.338	(0)	5.977.971	32	4.038.367
2007	12.352.857	23	9.017.988	51	3.334.870
2008	15.247.252	23	14.570.222	62	677.030
2009	11.222.827	(26)	9.620.837	(34)	1.601.990
2010	14.176.010	26	13.956.180	45	219.831
2011	17.394.228	22,70	18.766.895	34,46	-1.372.667
2012	17.709.585	1,81	19.387.410	3,30	-1.677.825
2013	18.239.202	2,99	19.343.839	-0,23	-1.104.637
2014	16.332.120	-10,46	17.293.735	-10,61	-961.614
2015	14.909.081	-8,71	12.448.504	-28,03	2.460.577
2016	15.171.100	1,76	11.092.307	-10,89	4.078.792
JAN-FEV/2017	2.160.408	15,28	1.810.125	20,28	350.283

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997-2017 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1997	52.982.726	10,97	59.747.227	12,00	-6.764.501	20,82
1998	51.139.862	(3,48)	57.763.476	(3,32)	-6.623.614	(2,08)
1999	48.012.790	(6,11)	49.301.558	(14,65)	-1.288.768	(80,54)
2000	55.118.920	14,80	55.850.663	13,28	-731.743	(43,22)
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	(0,45)	2.684.835	(466,91)
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	(15,03)	13.195.999	391,50
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	88,52
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882	36,03
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.809	32,76
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	3,40
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	(13,83)
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	(37,66)
2009	152.994.743	(22,71)	127.715.293	(26,17)	25.279.450	1,29
2010	201.915.285	31,98	181.722.623	42,28	20.192.662	(20,12)
2011	256.039.575	26,81	226.245.113	24,47	29.794.462	...
2012	242.579.776	-5,26	223.154.429	-1,37	19.425.346	...
2013	242.033.575	-0,22	239.631.216	7,37	2.402.358	...
2014	225.100.885	-7,00	229.060.058	-4,46	-3.959.173	...
2015	191.134.325	-15,09	171.449.050	-25,18	19.685.274	...
2016	185.235.401	-3,09	137.552.003	-19,77	47.683.398	...
JAN-FEV/2017	30.381.044	23,60	23.101.855	12,02	7.279.189	...

FONTE: MDIC/SECEX

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

# INDICADORES

## OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (COMPLEXO SOJA E TRIGO) - SAFRAS 2010/2017

(Mil toneladas)

CULTURA	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em Pluma	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	850,0	748,6	472,0
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,5	20,0	1.658,6	720,0	740,0	233,6
	2016/17	201,3	1.443,1	55	1.699,4	700	630	369,4
Arroz em Casca	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	1.000,0	14.203,7	12.000,0	1.200,0	1.003,7
	2014/15	868,3	12.448,6	550,0	13.866,9	11.900,0	1.300,0	953,0
	2015/16	962,9	10.602,9	1.300,0	12.865,8	11.450,0	1.100,0	315,8
	2016/17	465,9	11.966	1.100,0	13.531,9	11.500,0	1.100,0	931,9
Feijão	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.115,3	110,0	3.529,1	3.350,0	90,0	209,2
	2015/16	198,1	2.515,8	200,0	2.913,9	2.800,0	65	113,9
	2016/17	186,0	3.274	200	3.660	3.300	120	240
Milho	2010/11	5.589,1	57.406,9	764,4	63.760,4	48.485,5	9.311,9	5.963,0
	2011/12	5.963,0	72.979,5	774,0	79.716,5	51.888,6	22.313,7	5.514,2
	2012/13	5.514,2	81.505,7	911,4	87.931,3	53.498,3	26.174,1	8.258,9
	2013/14	8.258,9	80.052,0	800,0	89.110,9	53.905,6	20.913,8	14.291,5
	2014/15	11.835,5	84.672,4	350,0	96.857,9	55.959,5	30.877,7	10.020,7
	2015/16	10.401,2	66.979,5	1.500,0	78.880,7	53.387,8	20.000,0	5.492,9
	2016/17	7.999	88.969,4	500,0	97.468,4	56.100,0	24.000,0	17.368,4
Soja em Grãos	2010/11	2.607,2	75.324,3	41,0	77.972,5	41.970,0	32.986,0	3.016,5
	2011/12	3.016,5	66.383,0	266,5	69.666,0	36.754,0	31.468,0	444,0
	2012/13	444,0	81.499,4	282,8	82.226,2	38.524,0	42.791,9	740,1
	2013/14	910,3	86.120,8	630,0	87.661,1	39.935,8	45.691,0	1.414,8
	2014/15	1.414,8	96.228,0	324,1	97.966,9	42.850,0	54.324,0	792,9
	2015/16	925,7	95.934,6	700,0	97.060,3	42.500,0	54.100,0	460,3
	2016/17	1.482,1	107.614,6	300,0	109.396,7	46.500,0	59.078,0	3.818,7
Farelo de Soja	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,0	14.289,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,0	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,4	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.415,0	1,0	31.251,3	15.500,0	15.200,0	551,3
	2016/17	2.190,1	33.110,0	1,0	35.301,1	17.000,0	15.900,0	2.401,1
Óleo de Soja	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,2	8.327,7	6.359,2	1.669,9	298,6
	2015/16	298,6	7.702,5	50,0	8.051,1	6.380,0	1.400,0	271,1
	2016/17	427,7	8.385,0	40,0	8.852,7	6.800,0	1.550,0	502,7
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.922,2	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	5.771,9	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	6.011,8	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	7.010,2	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	5.950,0	13.486,1	10.717,3	700,0	2.068,8

FONTE: CONAB – Levantamento 6 – MAR/2017 (disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

Nota: Estoque de passagem – Algodão, feijão e soja: 31 de dezembro – Arroz 28 de fevereiro – Milho 31 de janeiro e Trigo 31 de julho.

## INDICADORES

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES - 1989-2017

(Mil toneladas e mil hectares)

ANO	BRASIL			MAIORES ESTADOS PRODUTORES									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio (kg/ha)	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
				Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740,16	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580,00	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027,00	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150,00	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179,00	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221,00	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175,00	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299,00	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384,00	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367,00	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414,00	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751,00	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577,00	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816,00	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329,00	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245,00	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419,00	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822,66	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816,00	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629,00	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927,00	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854,00	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998,00	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870,00	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	107.615	33.879	3.176,00	29.953	9.259	18.250	5.244	10.234	3.280	8.171	2.522	4.579	1.456

FONTE: CONAB

# INDICADORES

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Mundo</b>	3,5	5,0	3,9	5,0	4,9	2,2	-0,4	5,0	3,7	2,9	3,0	2,6	2,76
África do Sul	3,0	4,5	5,3	5,6	5,6	3,6	-1,7	2,8	3,3	3,1	2,0	...	1,19
Alemanha	-0,7	0,7	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,2	1,58	1,45
Argentina	8,8	9,0	9,2	8,4	8,0	3,1	0,1	9,1	8,6	0,9	2,9	0,38	...
Bolívia	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,2	6,8	5,46	4,85
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	...	...	...	...
Canadá	1,9	3,1	3,2	2,6	2,0	1,2	-2,7	3,4	3,0	1,9	2,0	2,44	1,08
Chile	3,8	7,0	6,2	5,7	5,2	3,3	-1,0	5,8	5,8	5,4	4,1	1,89	2,07
China	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,3	9,3	7,8	3,98	1,88	2,07
Colômbia	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3	...	...	...	...	...
Coréia do Sul	2,9	4,9	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	3,0	3,31	2,61
Equador	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	1,0	3,3	8,0	3,6	5,7	3,80	0,29
Estados Unidos	2,8	3,8	3,3	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2	2,39	2,43
França	0,8	2,6	1,6	2,6	2,3	0,1	-2,9	1,9	2,1	0,4	0,4	0,39	1,10
Índia	8,0	7,0	9,5	9,6	9,3	6,7	8,6	9,3	6,3	4,5	6,6	7,2	...
Indonésia	4,8	5,0	5,7	5,5	6,3	6,0	4,6	6,2	6,5	6,2	5,8	5,02	4,79
Itália	0,2	1,4	1,2	2,1	1,3	-1,1	-5,5	1,7	0,7	-2,3	-1,9	-0,65	0,51
Japão	1,7	2,4	1,3	1,7	2,2	-1,1	-5,5	4,7	-0,4	1,7	1,6	-0,15	0,61
México	1,4	4,2	3,1	5,0	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,9	4,0	1,4	2,15	2,58
Paraguai	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,3	-1,2	14,3	4,23	...
Peru	4,0	5,6	6,3	7,5	8,5	9,1	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,34	...
Reino Unido	4,3	2,5	2,8	3,0	2,6	-0,3	-4,3	1,9	1,6	0,7	1,7	2,82	2,33
Rússia	7,4	7,2	6,4	8,2	8,5	5,3	-7,8	4,5	4,3	3,4	7,4	0,63	...
Tailândia	7,0	6,2	4,5	5,6	4,9	2,5	-2,3	7,8	0,1	6,5	2,9	0,73	2,82
Uruguai	0,8	5,0	7,5	4,1	6,5	7,2	2,4	8,4	7,3	3,7	4,4	3,24	0,98
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	...

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

# INDICADORES

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Mundo</b>	3,91	4,86	4,90	4,37	4,83	4,73	1,47	4,69	4,97	2,87	3,65	3,22	2,77
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,45	6,38	4,59
Alemanha	1,44	1,05	0,60	0,31	1,62	0,81	1,70	0,96	0,97	1,78	2,56	0,91	0,23
Argentina	10,50	9,22	8,82	13,53	14,95	23,94	10,28	15,40	17,62	16,39	10,62	....	...
Bolívia	6,33	7,97	5,94	13,66	7,37	10,38	-2,42	8,78	14,57	6,91	6,01	5,78	4,06
Brasil	13,72	8,04	7,21	6,15	5,87	8,33	7,19	8,23	6,97	5,40	6,20	6,33	9,03
Canadá	3,18	2,99	2,83	2,47	4,31	3,42	-2,01	2,68	2,94	3,76	1,37	1,91	1,13
Chile	4,97	7,47	7,15	12,65	4,84	0,47	3,84	8,83	3,33	1,30	1,73	4,40	4,35
China	1,16	3,88	1,82	1,46	4,75	5,86	-0,70	3,31	5,41	2,65	2,63	1,99	1,44
Colômbia	6,47	5,13	15,86	5,78	5,04	7,56	3,41	3,86	6,73	3,17	1,52	2,88	5,01
Coreia do Sul	3,40	2,98	1,03	-0,14	2,40	2,96	3,54	3,16	1,58	1,04	0,70	1,27	0,71
Equador	10,59	4,26	7,73	8,00	6,65	13,85	-1,36	6,75	6,71	4,40	4,95	3,57	3,97
EUA	1,99	2,75	3,22	3,07	2,66	1,96	0,76	1,22	2,06	1,80	1,49	1,62	0,12
França	2,09	1,44	2,11	2,24	2,51	2,25	0,51	0,73	1,23	1,20	1,02	0,51	0,04
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,35	4,91
Indonésia	5,49	8,55	14,33	14,09	11,26	18,15	8,27	8,26	8,12	4,53	4,16	6,39	6,36
Itália	2,89	2,59	1,74	1,87	2,60	2,44	2,07	0,40	1,20	1,50	1,53	0,24	0,04
Japão	-1,71	-1,35	-1,27	-1,11	-0,91	-1,24	-0,51	-2,19	-1,89	-1,20	-0,62	2,75	0,79
México	21,14	8,36	5,21	6,34	4,97	6,06	3,40	4,46	5,37	3,23	1,63	4,02	2,72
Paraguai	12,21	8,99	10,08	6,08	9,77	9,34	2,04	6,10	9,83	5,55	-3,80	5,03	3,13
Peru	2,30	1,99	2,10	8,29	2,39	1,94	1,56	6,01	5,17	2,08	1,73	3,23	3,56
Reino Unido	2,17	2,91	2,81	2,69	2,87	2,89	1,99	3,17	2,13	1,66	1,79	1,46	0,05
Rússia	...	...	12,68	9,69	8,99	14,11	11,67	6,84	8,43	5,08	6,78	7,83	15,53
Tailândia	1,63	3,31	4,56	4,69	3,55	3,84	1,92	3,66	4,25	1,33	1,67	1,90	-0,90
Uruguai	16,54	10,10	0,68	6,53	9,42	8,02	5,58	4,66	8,98	7,37	7,62	8,88	8,67
Venezuela	34,93	33,95	29,60	17,90	15,45	30,13	7,83	45,94	28,15	14,06	40,64	62,17	121,74

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

## Panorama Econômico – Março/2017

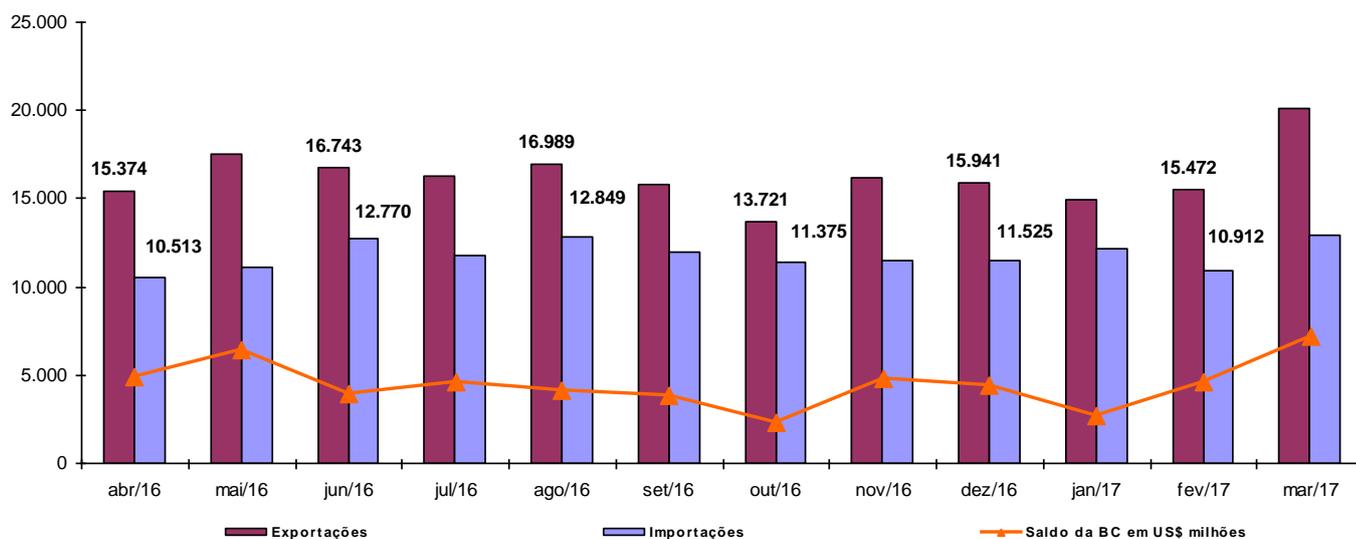
Carlos Ilton Cleto

### Comércio Internacional.

#### Balança Comercial Mensal (Março/2017) – MDIC

##### Fato

Em março de 2017, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 7,15 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 20,09 bilhões e *importações* de US\$ 12,94 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 33,03 bilhões no mês e US\$ 86,51 bilhões no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 14,42 bilhões.



FONTE: MDIC

##### Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mês anterior, as *exportações* apresentaram crescimento de 1,6%, e as *importações* queda de 7,2%. Pelo mesmo critério, na comparação com março de 2016, houve avanço de 20,1% nas *exportações* e de 7,1% nas *importações*.

A *corrente do comércio*, pela média diária, registrou crescimento de 14,7% com relação ao mesmo mês do ano anterior, e recuo de 2,0% na comparação com fevereiro 2017.

Em doze meses, às *exportações* cresceram 2,1%, as *importações* caíram 10,0%, e a *corrente do comércio* recuou 3,4%. Considerando o acumulado no ano, as *exportações* cresceram 20,4% sobre o mesmo período do ano anterior e as *importações* 8,4%. A *corrente do comércio* diminuiu 15,1%.

Em março de 2017, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* cresceram 29,7%, a de *manufaturados* 12,3% e a de *semimanufaturados* 7,4%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha. Pelo lado das *importações*, houve crescimento de 14,4% em *combustíveis e lubrificantes*, 10,6% nos *bens de intermediários*, e de 1,0% em *bens de consumo*. Por outro lado houve queda de 10,5% nas compras de *bens de capital*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Alemanha, Argentina e Coréia do Sul.

##### Consequências

O *setor exportador* segue apontando resultados acima do ano anterior, devendo fechar o ano com novo recorde comercial.

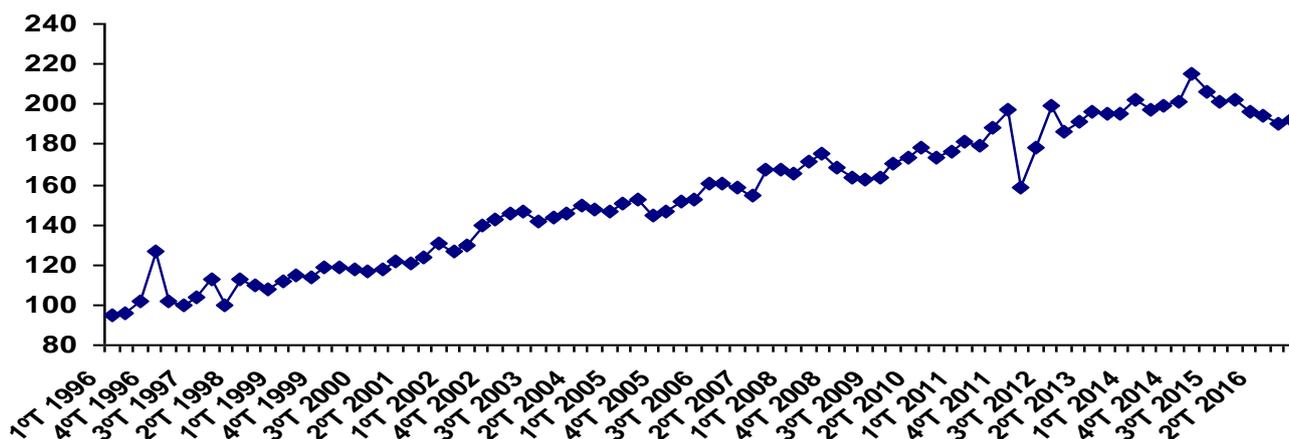
## Atividade

### PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (4º Trimestre 2016) - IBGE.

#### Fato

O Produto Interno Bruto - **PIB a preços de mercado** caiu 0,9% no quarto trimestre de 2016, frente ao terceiro trimestre, chegando a R\$ 1,63 trilhão. No ano de 2016 o **PIB** recuou 3,6% em relação a 2015, totalizando R\$ 6,27 trilhões. O **PIB per capita** teve queda de 4,4% alcançando R\$ 30.407,00.

### PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



FONTE: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

#### Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no quarto trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a maior queda foi nos *Serviços*, 0,8%, seguido do setor da *Indústria*, 0,7%. Já a *Agropecuária* apresentou avanço de 1,0%. Pelo lado da *demanda*, o *Consumo das Famílias* registrou o 8º trimestre consecutivo de queda, 0,6%, a *Formação Bruta de Capital Fixo* recuou 1,6% e a *Despesa de Consumo da Administração Pública* manteve-se estável frente ao mês anterior.

Em 2016, a *Agropecuária* teve o pior desempenho, queda de 6,6%, seguida pela *Indústria*, 3,8% e o setor de *Serviços*, 2,7%. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo* teve a maior queda 10,2%, justificada pela queda na produção da interna e da importação de *bens de capital*, além do desempenho negativo da *construção civil*. A *Despesa de Consumo das Famílias* diminuiu 4,2% e a *Despesa de Consumo da Administração Pública* 0,6%. Pela demanda externa, as *Exportações de Bens e Serviços* registraram expansão de 1,9%, e as *Importações* apresentaram recuo de 10,3%.

#### Consequências

O desempenho de 2016 foi desastroso, seguindo a queda de 3,8% no ano anterior. Para os próximos trimestres a expectativa é de alguma recuperação, porém sem grande intensidade.

## Atividade

### Produção Industrial Mensal (Janeiro/2017) – IBGE

#### Fato

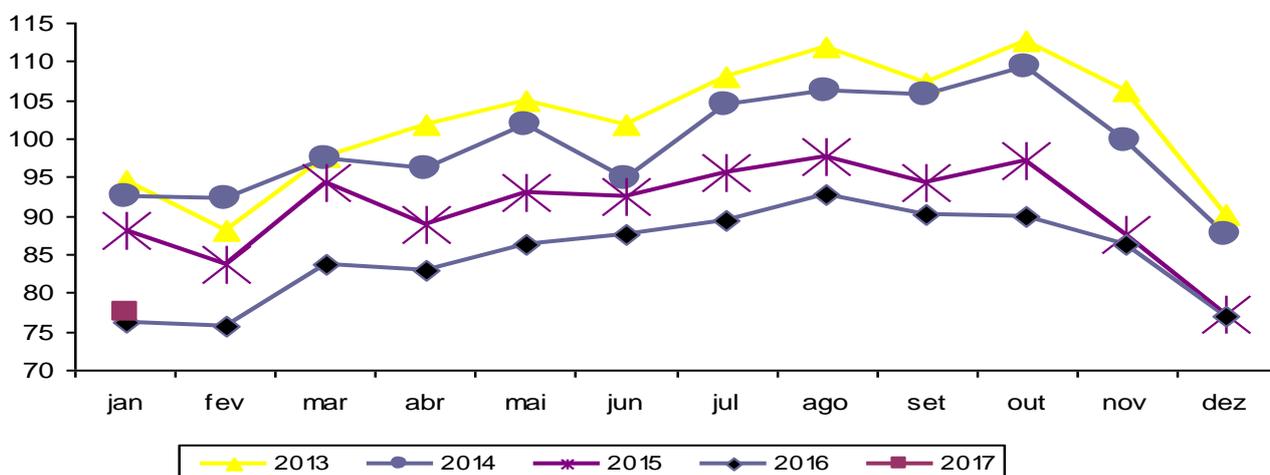
Em janeiro, a *produção industrial* mostrou recuo de 0,1% com relação ao mês anterior. Frente a janeiro de 2016, houve avanço de 1,4%. No acumulado dos últimos doze meses a queda foi de 5,4%.

#### Causa

Na comparação com o mês anterior, os *bens de consumo duráveis* e *bens de capital* tiveram queda de 7,3% e 4,1%, respectivamente. Os *bens de consumo semi e não-duráveis* aumentaram 3,1% e os *bens intermediários* 0,7%.

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, todas as categorias de uso apresentaram avanço. Os *bens de capital* tiveram crescimento de 3,3%, os *bens de consumo duráveis* 3,2%, os *bens de consumo semi e não-duráveis*, 2,1%, abaixo da média nacional, os *bens intermediários* avançaram 0,8%.

Produção Industrial BRASIL



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

#### Consequência

Apesar do avanço frente ao mesmo mês do ano anterior, o desempenho do setor industrial segue extremamente negativo, registrando taxas negativas ou pífias de crescimento.

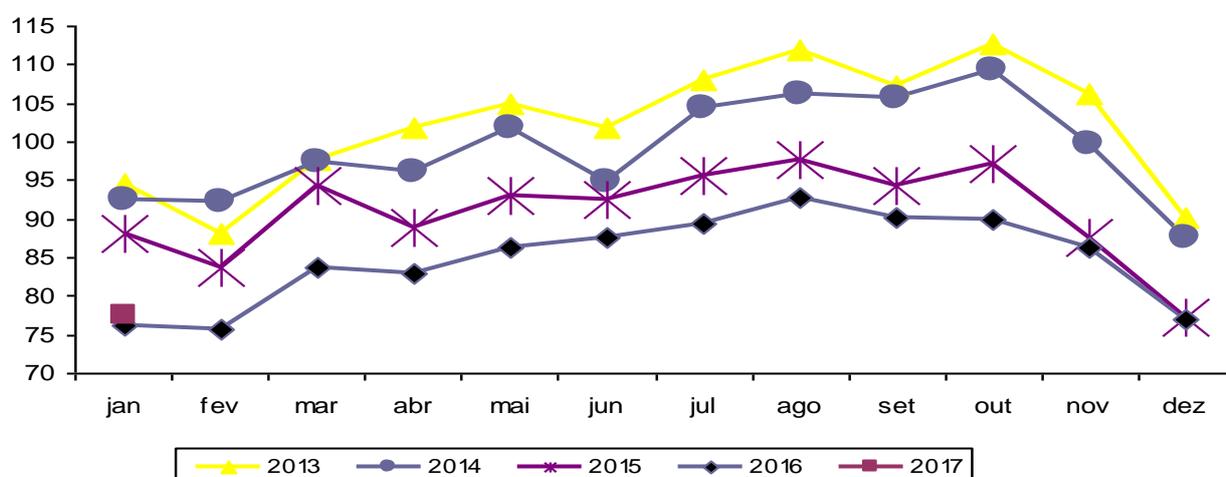
## Atividade

### Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Janeiro/2017) - IBGE

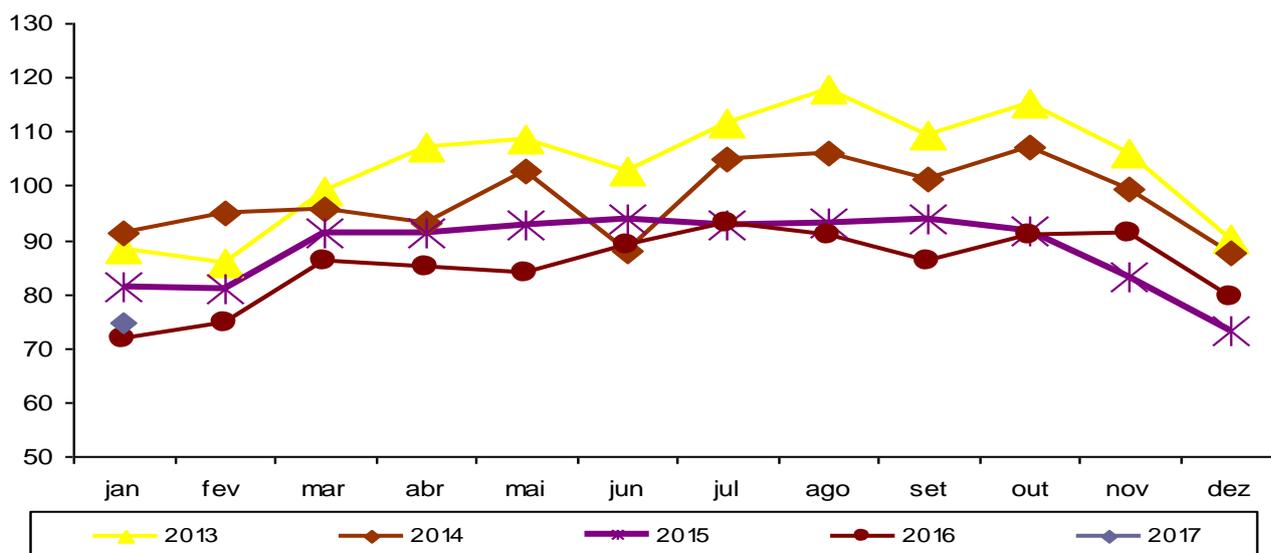
#### Fato

Entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, a *produção industrial* caiu em cinco dos quatorze locais pesquisados e na comparação com janeiro de 2016, doze dos quinze regiões pesquisadas registraram variação positiva. No acumulado dos últimos doze meses, quatorze locais apresentaram queda na produção. No Paraná, frente ao mês anterior, a *produção industrial* apresentou retração de 0,8%, após assinalar três taxas positivas consecutivas, período em que acumulou ganho de 7,3%. Na comparação com janeiro de 2016 houve avanço de 4,1%, terceira taxa positiva consecutiva neste tipo de confronto e no acumulado em doze meses ocorreu retração de 3,2%.

#### Produção Industrial BRASIL



#### Produção Industrial PARANÁ



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

### **Causa**

Na comparação com o mês anterior os locais que tiveram recuos foram: Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Região Nordeste e Paraná. Os maiores avanços ocorreram no Espírito Santo, Pará, Goiás e Pernambuco. Na comparação com janeiro de 2016, os maiores avanços foram: Pernambuco, Espírito Santo e Mato Grosso. A maior queda ocorreu na Bahia.

No Estado do Paraná, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, das treze atividades pesquisadas, oito registraram aumento. Os maiores impactos positivos vieram de *produtos alimentícios, veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos, produtos de metal* e de *produtos de madeira*. A principal variação negativa foi em *coque, produtos derivados do petróleo e bicombustíveis*.

### **Consequência**

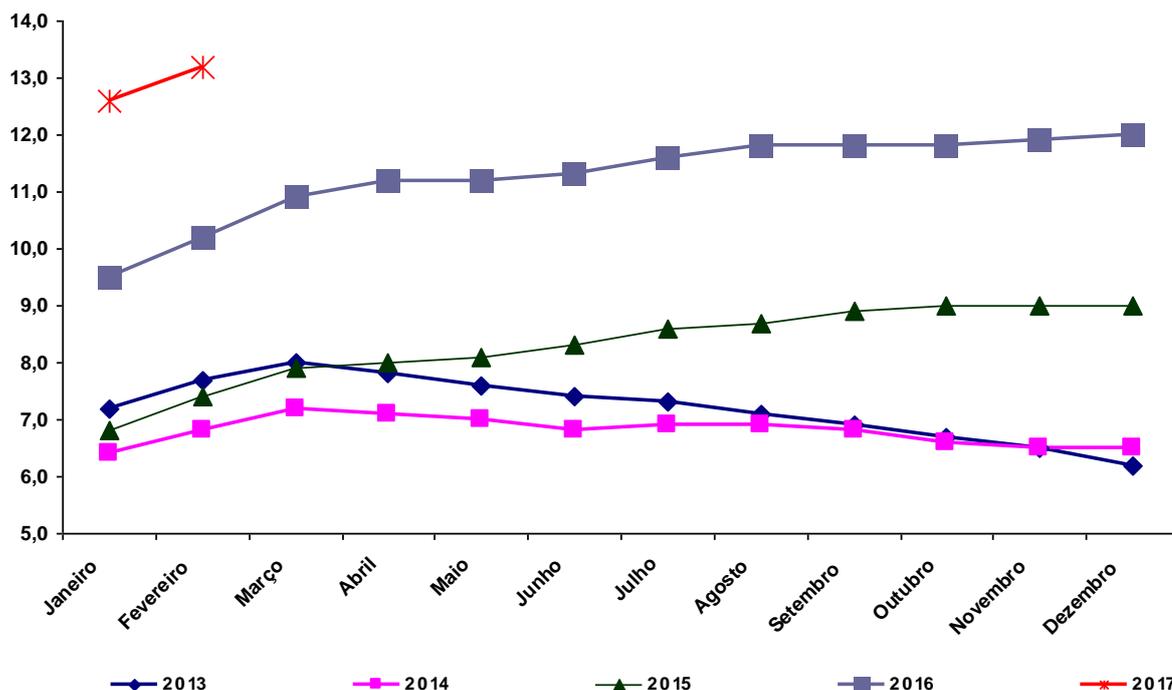
De forma semelhante ao resultado nacional, a *indústria paranaense* vem apresentando menores recuos e em algumas comparações alguma recuperação. Para os próximos meses deve ser mantida a trajetória de recuperação, porém sem muita intensidade.

## Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre encerrado em Fevereiro/2017) – IBGE

### Fato

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio apontou, para o trimestre dezembro de 2016 a fevereiro de 2017, taxa de desocupação de 13,2%, com crescimento de 1,3 p.p. frente ao trimestre encerrado em novembro e expansão de 3,0 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O rendimento médio real habitualmente recebido ficou em R\$ 2.068, mantendo estabilidade frente ao trimestre encerrado em novembro e também na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro de 2016.



FONTE: IBGE

### Causa

No trimestre encerrado em fevereiro, havia cerca de 13,5 milhões de *peças desocupadas*, 1,4 milhão de *peças* a mais em relação ao trimestre encerrado em novembro, portanto houve um acréscimo de 11,7%. Na comparação com o mesmo trimestre de 2016, o aumento foi de 30,6%, significando um aumento de 3,2 milhões de *peças desocupadas na força de trabalho*.

A massa de rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas *peças ocupadas* foi estimada em R\$ 180,2 bilhões, registrando estabilidade em ambas as comparações.

### Consequência

Decorrente da forte queda na *atividade econômica* a taxa de desemprego ainda segue em patamar elevado, existindo alguma sinalização de melhora, para os próximos períodos, porém sem grande intensidade.

## Atividade

### Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Fevereiro/2017) – IBGE

#### Fato

O *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* apontou para uma *produção* de 224,2 milhões de toneladas em 2017, 21,8% superior à *produção* obtida no ano de 2016. A *área a ser colhida* de 60,3 milhões de hectares apresentou acréscimo de 5,7% frente à *área colhida* 2016. O Mato Grosso aparece como o maior *produtor nacional de grãos*, com 24,3% da produção nacional, seguido pelo Paraná, com 18,7% e Rio Grande do Sul, 14,8%, os três Estados somam 60,3% do total da produção.

#### Causa

As produções de *arroz milho* e *soja*, que correspondem a 87,1% da área plantada e 93,0% do total da produção, tiveram as seguintes variações: crescimento de 13,2% para a *soja*, 11,1% para o *arroz* e 39,6% para o *milho*. O *levantamento sistemático da produção agrícola*, na comparação da estimativa de 2017 em relação à produção obtida em 2016 registrou variação positiva para dezesseis dos vinte e seis produtos pesquisados: *algodão herbáceo em caroço*, *amendoim em casca 2ª safra*, *arroz em casca*, *batata-inglesa 1ª e 2ª safras*, *cacau em amêndoa*, *café em grão – canephora*, *cebola*, *feijão em grão 1ª e 2ª safras*, *mamona em baga*, *milho em grão 1ª e 2ª safras*, *soja em grão*, *sorgo em grão* e *triticale em grão*.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *amendoim em casca 1ª safra*, *aveia em grão*, *batata-inglesa 3ª safra*, *café em grão – arábica*, *cana-de-açúcar*, *cevada em grão*, *feijão em grão 3ª safra*, *laranja*, *mandioca*, e *trigo em grão*.

A *distribuição regional da safra* ficou da seguinte forma: Centro-Oeste, 42,4%, Região Sul, 36,4%, Sudeste, 9,6%, Nordeste, 8% e Norte, 3,6%.

#### Consequência

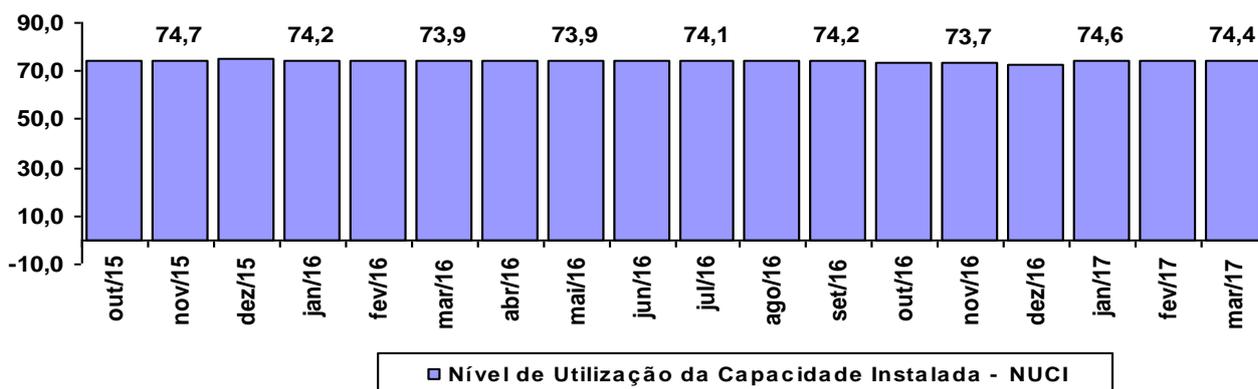
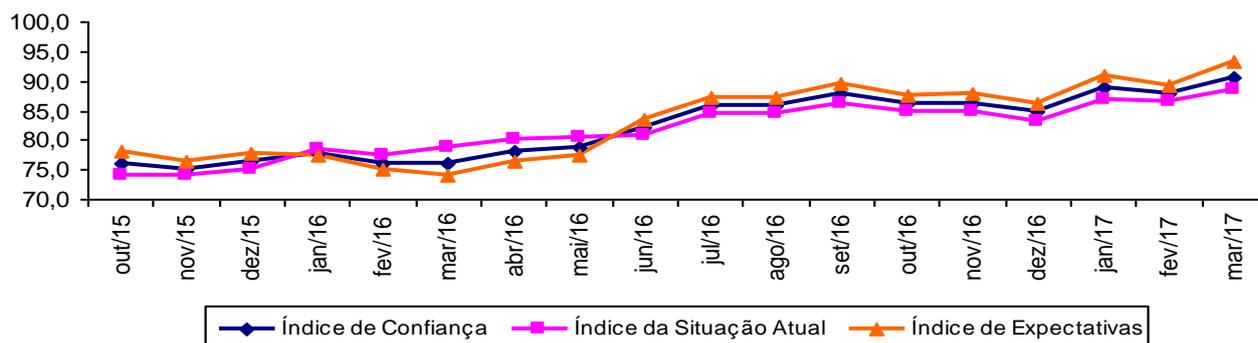
O prognóstico apresenta em 2017 uma *produção* superior a de 2016 e a expectativa é que neste ano, salvo problemas climáticos e pluviométricos, deveremos apresentar recorde na *safra agrícola*.

## Atividade

### Sondagem da Indústria (Março/2017) – FGV

#### Fato

Na passagem de fevereiro para março, o *Índice de Confiança da Indústria* avançou 2,9 pontos, passando de 87,8 para 90,7 pontos, o maior nível desde maio de 2014. Com relação ao mês anterior o *Índice da Situação Atual* teve aumento de 2,1 pontos chegando a 88,5 pontos, o maior desde janeiro de 2015. O *Índice de Expectativas* apresentou elevação de 3,8 pontos, passando de 89,3 para 93,1 pontos, o maior de desde abril de 2014. A *utilização da capacidade instalada* cresceu 0,1 p.p., chegando a 74,4%.



FONTE: FGV

#### Causa

No índice pertinente a *situação atual* – ISA, a percepção com relação ao nível de estoques, exerceu a maior contribuição para a evolução positiva do índice, com avanço de 0,1 p.p. na *proporção de empresas* que consideram os estoques excessivos, chegando a 12,9%, e aumento maior na *parcela* que o consideram como insuficiente 1,2 p.p., atingindo 6,1%.

No que tange ao *Índice das Expectativas* - IE, a maior contribuição para a melhora veio das expectativas com relação à *produção prevista*, que subiu 4,6 pontos, chegando à 93,3 pontos. Ocorrendo crescimento de 3,3 p.p. na *percentual de empresas que prevêem aumentar a produção nos três meses seguintes*, chegando a 30,9% e queda de 03 p.p. nas que pretendem *reduzir a produção*, atingindo 19,0%.

#### Conseqüências

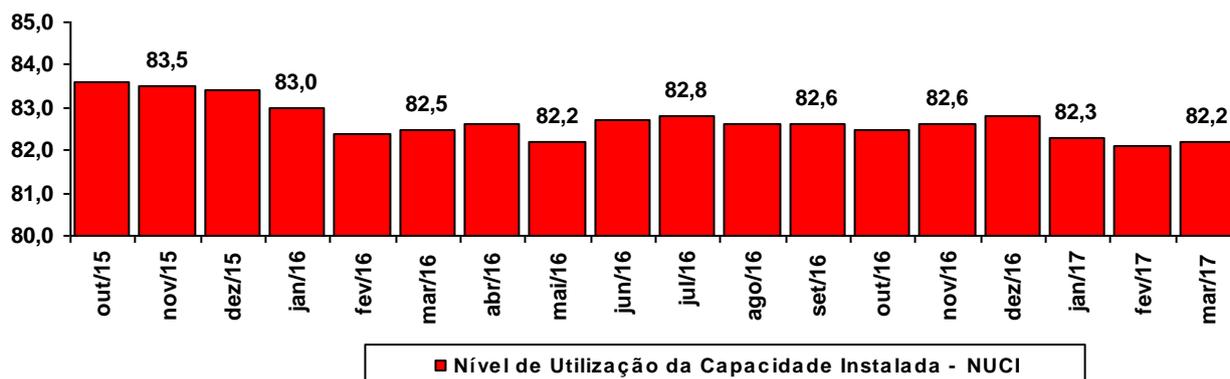
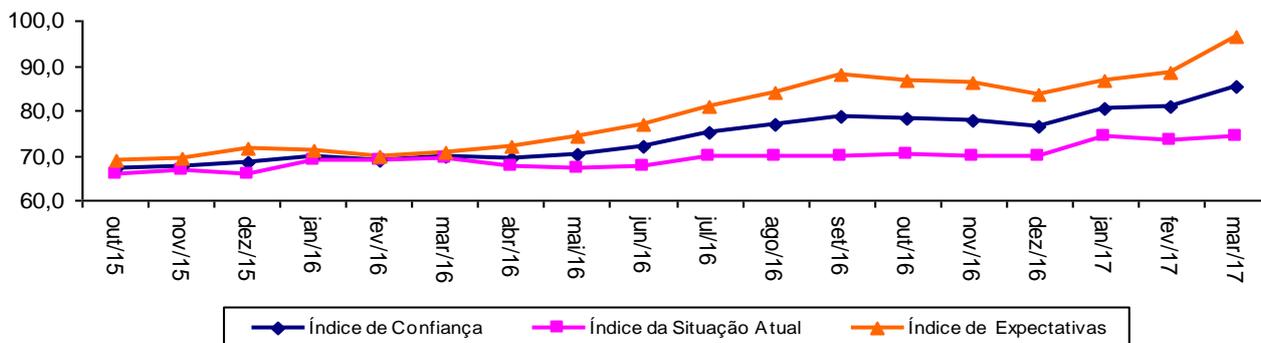
Apesar da alta no mês, o que de certa forma demonstra uma tendência de recuperação, ainda existe o risco de sobressaltos e riscos que podem contaminar o setor.

## Atividade

### Sondagem de Serviços (Março/2017) – FGV

#### Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* subiu 4,4 pontos entre fevereiro e março, passando de 80,9 para 85,3 pontos, o maior nível desde dezembro de 2014. O Índice da *Situação Atual - ISA* cresceu 0,9 ponto, passando de 73,5 para 74,4 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* avançou 7,9 pontos, atingindo 96,4 pontos.



FONTE: FGV

#### Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação mais favorável sobre a situação *atual dos negócios*, com crescimento de 1,6 pontos, chegando a 74,4 pontos. Nas *expectativas*, houve elevação de 11,8 pontos no indicador que mede a evolução da *demanda prevista* que atingiu 98,2 pontos.

#### Consequência

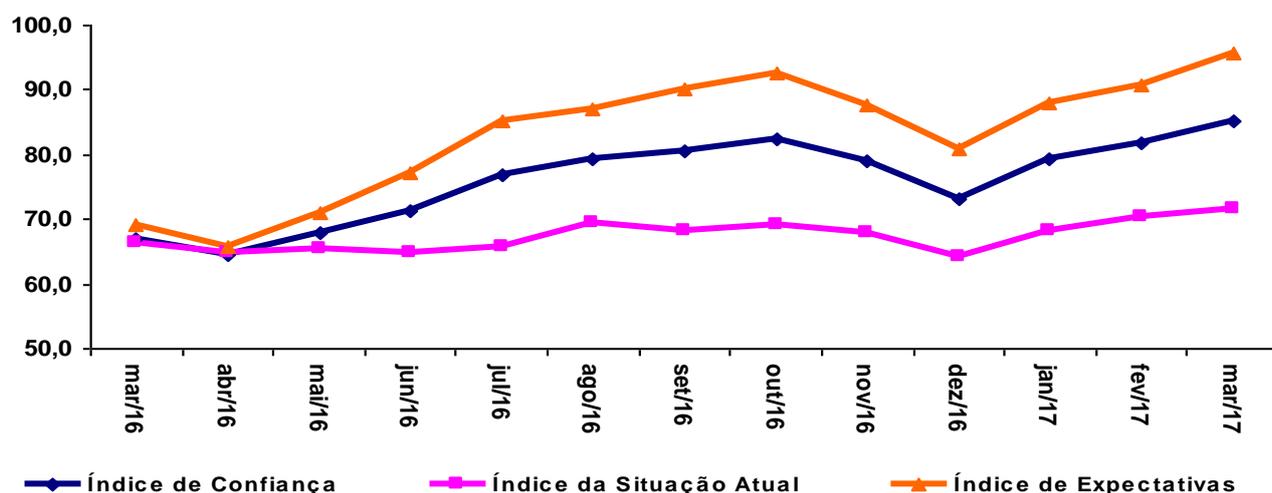
O setor segue apontando *tendência de melhora*, todavia, a mesma segue ancorada nas *expectativas* frente ao futuro, uma vez que a percepção com relação ao *momento presente* segue em patamar *moderado*.

## Atividade

### Sondagem do Consumidor (Março/2017) – FGV

#### Fato

Entre os meses de fevereiro e março, o ICC avançou 3,5 pontos, passando de 81,8 para 85,3 pontos, o maior nível desde dezembro de 2014. O índice da *Situação Atual* subiu 1,2 pontos, de 70,3 para 71,5 pontos, e o *Índice das Expectativas* cresceu 5,1 pontos de 90,6 para 95,7 pontos.



FONTE: FGV

#### Causa

Com referência a *situação presente*, o quesito que mede o *grau da satisfação dos consumidores com a situação econômica local* foi o que mais contribuiu para o avanço em março, subindo 2,0 pontos para 77,8 pontos.

No que tange a *expectativa para os próximos seis meses*, o indicador que mede *perspectivas sobre as finanças familiares* avançou 5,8 pontos, chegando a 94,3 pontos, sendo o que teve a maior participação no aumento mensal.

A melhora da confiança ocorreu em todas as faixas de renda, destacando-se os consumidores com *renda familiar mensal* entre R\$ 2.100,01 e R\$ 4.800,00, cujo índice subiu 5,1 pontos em relação ao mês anterior.

#### Consequência

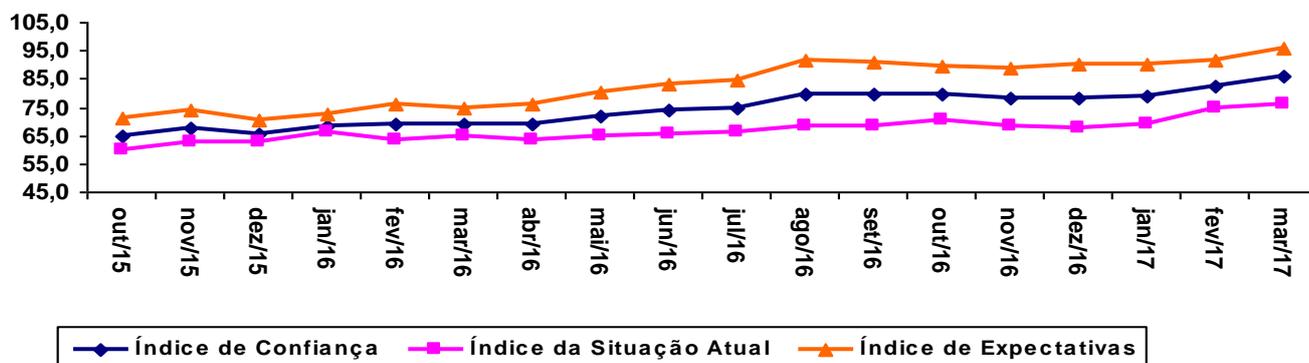
A *confiança do consumidor* volta a apresentar avanço, decorrente de notícias favoráveis à retomada da economia como a *desaceleração da inflação e a queda da taxa de juros*.

## Atividade

### Sondagem do Comércio (Março/2017) – FGV

#### Fato

Entre os meses de fevereiro e março, o *ICOM* avançou 3,1 pontos, passando de 82,5 para 85,6 pontos, o maior nível desde dezembro de 2014. O índice da *Situação Atual* subiu 1,8 pontos, de 74,3 para 76,1 pontos, e o *Índice das Expectativas* cresceu 4,1 pontos de 91,5 para 95,6 pontos.



FONTE: FGV

#### Causa

Com referência a *situação presente*, o quesito que mede o *grau da satisfação dos consumidores com a situação atual dos negócios* foi o que mais contribuiu para o avanço em março, subindo 6,8 pontos para 80,5 pontos.

Nas *expectativas*, entre os quesitos integrantes do índice, o que mede as *expectativas em relação às vendas nos três meses seguintes* foi o que mais contribuiu na melhora, ao avançar 5,7 pontos em março, para 95,9 pontos.

#### Consequência

O avanço do índice confirma uma mudança de patamar, saindo de um nível extremamente baixo, para um mais moderado, as melhorias de expectativas do consumidor podem contribuir para a manutenção da tendência.

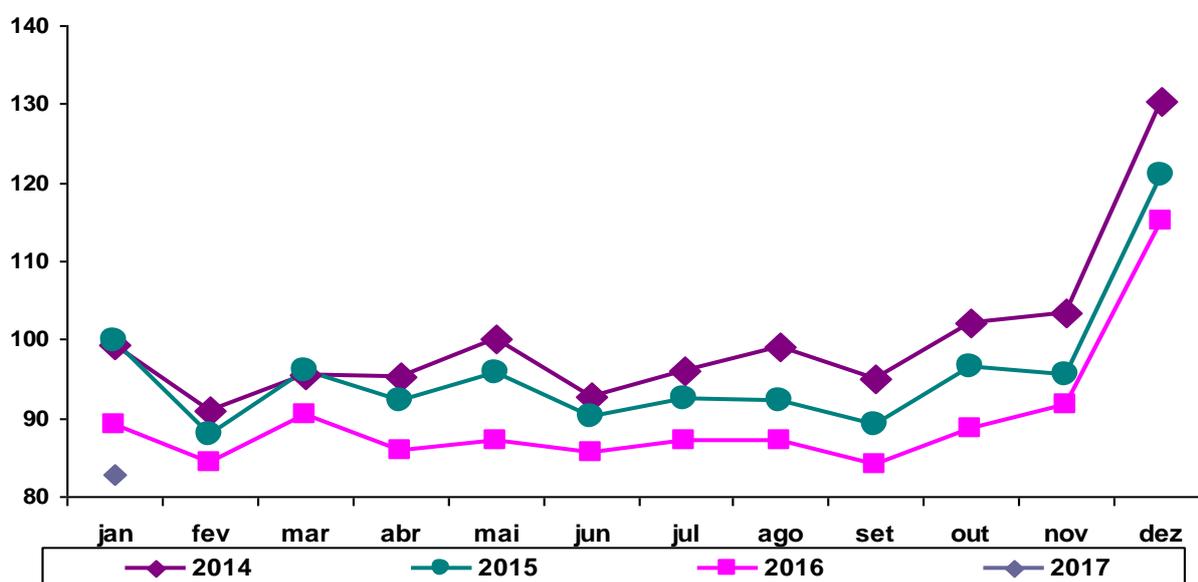
## Atividade

### Pesquisa Mensal do Comércio (Janeiro/2017) – IBGE

#### Fato

No mês de janeiro, o *volume de vendas* do comércio varejista, com *ajuste sazonal*, diminuiu 0,7% em relação a dezembro e a *receita nominal* 0,8%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de negativos 7,0% sobre janeiro de 2016, e negativo 5,9% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de negativos 2,3% com relação à igual mês de 2016 e positivos 4,2% no acumulado em doze meses.

No comércio varejista ampliado, no que se refere ao *volume de vendas*, houve recuo de 0,2% frente ao mês imediatamente anterior, queda de 4,8% frente a janeiro de 2016 e de 7,9% no acumulado em doze meses. No que tange a *receita nominal*, houve retrocesso de 0,9% frente ao mês imediatamente anterior, de 1,7% frente a janeiro de 2016 e de 0,4% no acumulado em doze meses.



FONTE: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista, por tipos de índice (2014 = 100).

#### Causa

No confronto com janeiro de 2016, todas oito atividades apresentaram recuo. Por ordem de contribuição à taxa global os resultados, foram os seguintes: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 7,0%, *Combustíveis e lubrificantes*, 9,0%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 5,8%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria, e cosméticos*, 6,0%, *Móveis e eletrodomésticos*, 3,5%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 6,3%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 17,0% e *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 5,9%.

No comércio varejista ampliado, ainda na comparação com o mesmo mês do ano anterior, as variações foram de negativos 4,6% para *Veículos e motos, partes e peças*, e de negativos 0,3% para *Material de construção*.

#### Consequência

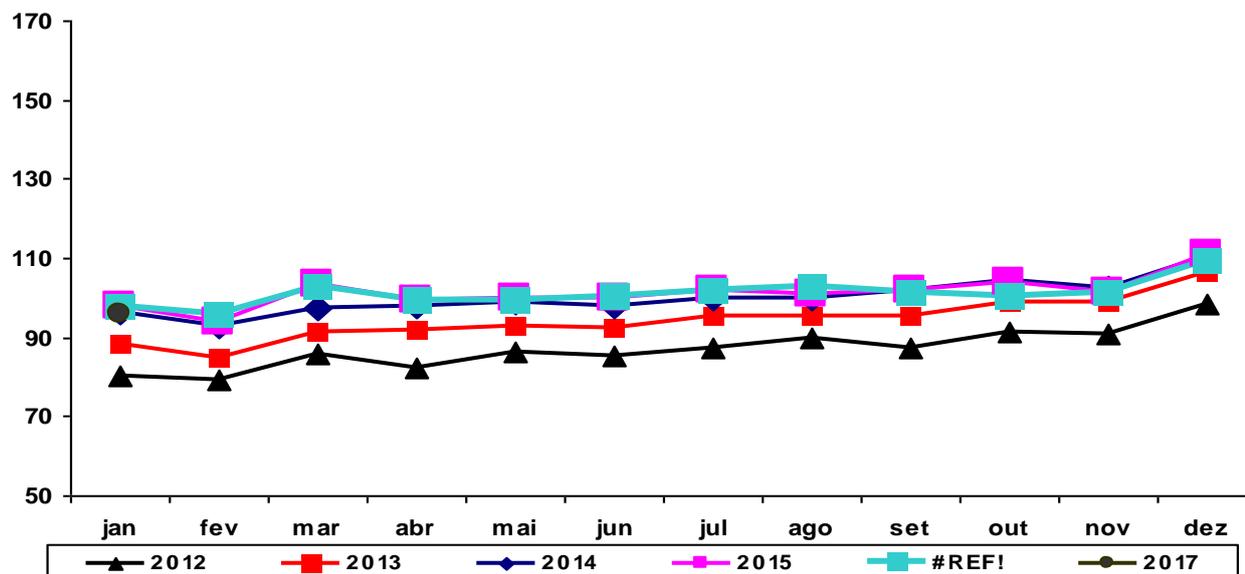
Os resultados do comércio varejista seguem apresentando indicadores negativos em quase todas as comparações. Para os próximos períodos não existem sinalizações de maior retomada ao crescimento.

## Atividade

### Pesquisa Mensal de Serviços (Janeiro/2017) – IBGE

#### Fato

No mês de janeiro frente a dezembro, o volume do setor de serviços teve queda de 2,2% e a receita nominal dos serviços caiu 1,0%. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior o volume caiu 7,3% e a receita nominal, 2,0%. No acumulado em doze meses o volume retrocedeu 5,2% e a receita 0,2%.



FONTE: IBGE

Índice de receita nominal de serviços (2014=100)

#### Causa

No confronto com janeiro de 2016, na série livre de influências sazonais, o segmento de *Serviços de Informação e Comunicação*, apresentou crescimento de 5,5%, enquanto que os demais segmentos registraram recuos de: *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 14,5%, *Serviços Prestados às Famílias*, 3,6%, *Outros Serviços*, 3,0% e *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, 0,7%.

#### Consequência

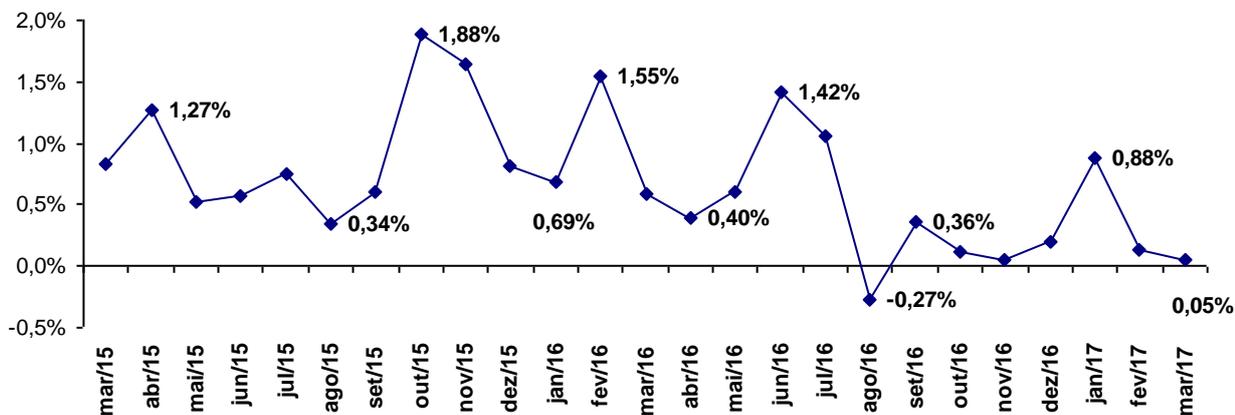
O segmento de *serviços* segue refletindo a *crise econômica*, a *queda da massa salarial* e a *inflação*, devendo alguma recuperação iniciar nos próximos meses.

## Inflação

### IGP-10 (Março/2017) – FGV

#### Fato

O IGP-10 registrou variação de 0,05% em março, diminuindo 0,09 p.p. com relação a fevereiro. No acumulado em doze meses a variação é de 5,11%.



FONTE: FGV

#### Causa

No mês de março, dentre os componentes do IGP, o IPA, recuou 0,09 p.p., apresentando variação negativa de 0,12%, neste, a maior desaceleração foi proveniente dos *Bens Intermediários*, 1,48 p.p., com variação de negativos 0,16 %, contribuiu para a menor variação o grupo *combustíveis e lubrificantes*. As *Matérias-Primas Brutas*, embora com variação negativa de 0,07%, tiveram variação 0,49 p.p. maior, conseqüência de maiores variações de *aves, minério de ferro e leite in natura*. Os *Bens Finais* registraram avanço de 0,68 p.p., ainda assim com variação negativa, 0,13%, decorrente da maior variação nos *alimentos in natura*.

O IPC teve desaceleração de 0,22 p.p., com o grupo *Educação, Leitura e Recreação* sendo o principal responsável pelo arrefecimento do índice, neste grupo destacou-se o comportamento do item *curiosos formais*. Os grupos *Transportes e Comunicação*, também apresentaram redução de *índice de preços*. O INCC teve aquecimento de 0,23 p.p., com menor variação em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e aceleração em *Mão de Obra*.

#### Consequência

Em março o índice voltou a apresentar recuo. Para os próximos meses a expectativa é de manutenção da *tendência de desaceleração*, fruto inclusive da *desaceleração econômica*.

## Inflação

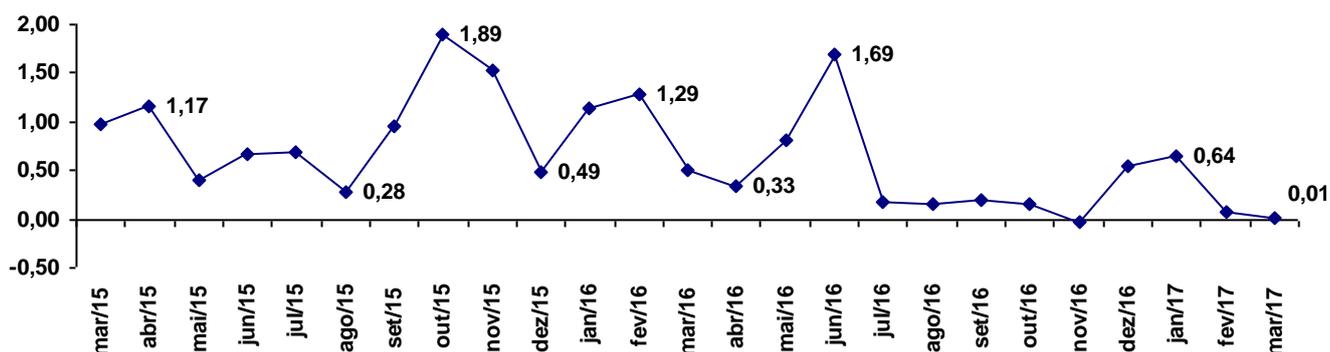
### IGP-M (Março/2017) – FGV

#### Fato

O IGP-M de março registrou variação de 0,01%, 0,07 p.p. abaixo da variação de fevereiro. Em doze meses o acumulado é de 4,86%.

#### Causa

Dos índices que compõe o IGP-M, o IPA apresentou desaceleração de 0,08 p.p., com variação negativa de 0,17%. Neste componente destacou-se o grupo *Bens Intermediários*, com recuo de 1,38 p.p. frente ao mês anterior, e variação negativa de 0,39%, sendo o principal responsável pela desaceleração o item *combustíveis e lubrificantes*. Os *Bens Finais*, mesmo com variação negativa de 0,08%, aumentaram a taxa de variação em 0,53 p.p. em decorrência da maior variação dos preços dos *alimentos in natura*. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram variação 0,59 p.p. maior, com variação negativa de 0,05%, sendo o principal responsável pelo aquecimento os itens *minério de ferro, aves e bovinos*. O IPC desacelerou-se 0,01 p.p., atingindo 0,38%. A principal contribuição para o decréscimo partiu do grupo *Educação, Leitura e Recreação*. Nesta classe de despesa vale citar o comportamento do item *cursos formais*. Também tiveram queda nas variações: *Transporte e Comunicação*. Na composição do INCC, que recuou 0,17 p.p. com relação ao mês anterior, apresentando variação de 0,36%. Com menor variação em *Materiais, Equipamentos e Serviços*, 0,36 p.p., e mesma variação em *Mão de Obra*, atingindo 0,26% e 0,45%, respectivamente.



FONTE: FGV

#### Consequência

O índice segue em trajetória de acomodação, decorrente principalmente como consequência da *retração econômica*.

## Inflação

### IGP-DI (Fevereiro/2017) – FGV

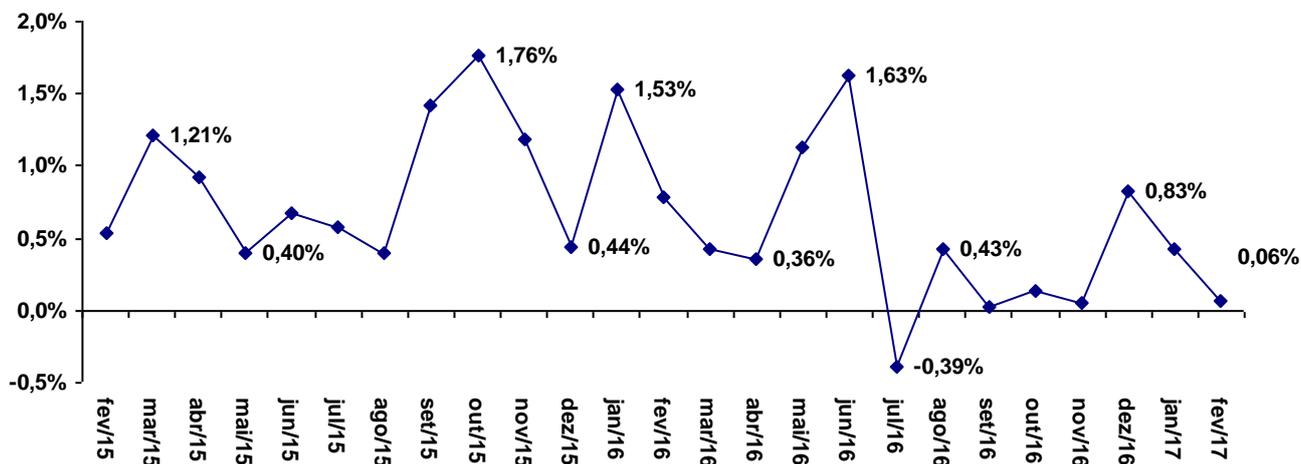
#### Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou variação 0,06% em fevereiro, desacelerando 0,37 p.p. ante a *inflação* registrada em janeiro. Em doze meses a variação foi de 5,26%.

#### Causa

No mês, o **IPA** teve desaceleração de 0,46 p.p. com variação negativa de 0,12%, motivado por desaquecimento nos *Bens Intermediários*, 1,26 p.p. com destaque para *combustíveis e lubrificantes* e nas *Matérias-Primas Brutas*, 0,75 p.p., com as quedas mais expressivas em *minério de ferro, mandioca e bovinos*. Nos *Bens Finais*, apesar da variação negativa de 0,10%, houve aquecimento de 0,51 p.p., sendo o principal responsável por este movimento o subgrupo *alimentos in natura*.

O **IPC** desacelerou 0,38 p.p., chegando a 0,31%, com as contribuições mais relevantes para a desaceleração provenientes do grupo *Educação, Leitura e Recreação*, com destaque para  *cursos formais*. Também apresentaram recuo *Alimentação, Transportes, Comunicação e Despesas Diversas*. O **INCC** teve variação aumentada em 0,24 p.p., com recuo em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e avanço em *Mão de Obra*.



FONTE: FGV

#### Consequência

Nos últimos meses o índice vem apresentando acomodação. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade na desaceleração.

## Inflação

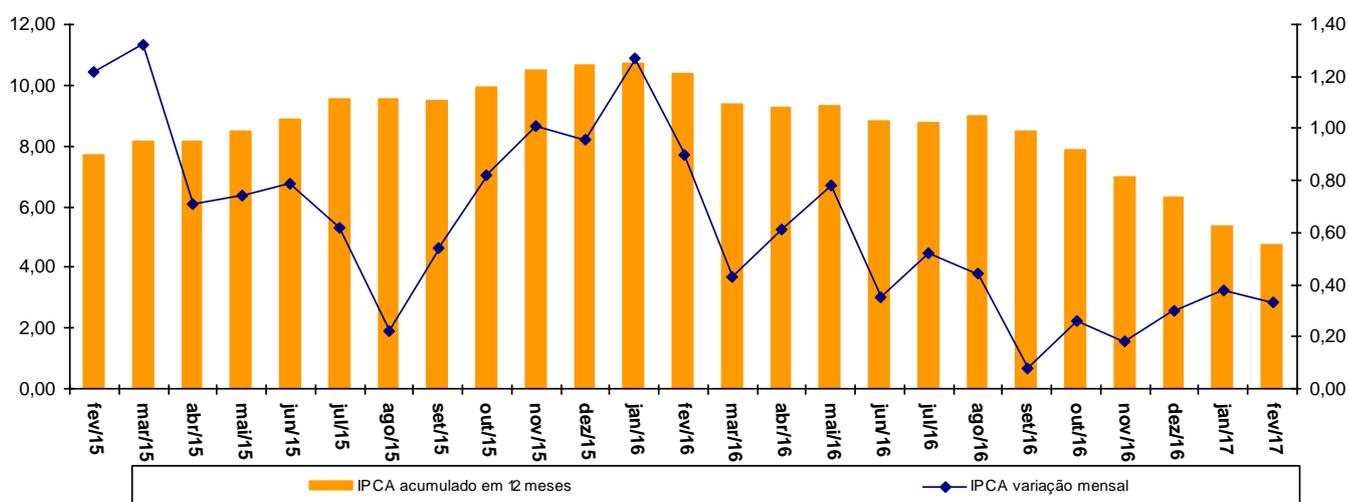
### IPCA (Fevereiro/2017) – IBGE

#### Fato

O *IPCA* variou 0,33% em fevereiro, 0,05 p.p. abaixo da variação de janeiro. O índice acumulado em doze meses é de 4,76%, inferior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 5,35%. Em Curitiba o índice acelerou 0,13 p.p., registrando variação de 0,44%.

#### Causa

A variação registrada no mês se deve principalmente ao grupo *Educação*, que atingiu 5,04%, teve impacto de 0,23 p.p. no *IPCA*, este movimento foi decorrente dos reajustes nos  *cursos regulares*. *Alimentação e Bebidas* apresentou variação negativa de 0,45% e teve papel importante para conter a variação do índice. Os principais *alimentos* em queda foram *cenoura* e *feijão-carioca* e *frango inteiro*.



FONTE: IBGE

#### Consequência

Após as breves altas dos meses de dezembro e janeiro, o *IPCA* volta a apresentar recuo, as expectativas, para os próximos meses, são de arrefecimento, decorrente principalmente da queda da *demand interna* e do preço dos *alimentos*.

## Inflação

### IPCA - 15 (Março/2017) – IBGE

#### Fato

O IPCA – 15 registrou variação de 0,15% em março, 0,39 p.p. abaixo do registrado em fevereiro. Nos últimos doze meses o acumulado é de 4,73% e no ano, 1,00%. Em Curitiba a variação foi de 0,37%, 0,12 p.p., superior a de fevereiro, acumulando 0,90% no ano e 3,41% em doze meses.

#### Causa

No mês o desaquecimento foi fortemente influenciado pelo grupo *Educação* que mesmo com variação e 0,87%, a mais elevada variação de grupo, registrou recuo de 4,30 p.p., resultado da redução da pressão dos *reajustes das mensalidades escolares*. No mês apenas os grupos *Habitação*, decorrente da *alta da energia elétrica* e *Vestuário*, tiveram variação maior do que em fevereiro.

#### Consequência

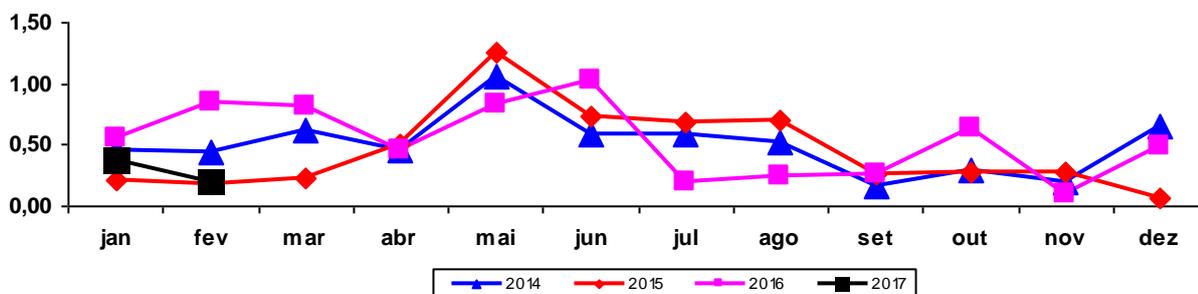
A *inflação* segue apresentando desaceleração, principalmente em decorrência da *crise econômica* e da *elevação da taxa de desemprego*. Para os próximos meses é esperado continuidade no arrefecimento.

## Inflação

### Custos e Índices da Construção Civil (Fevereiro/2017) – IBGE - Caixa Econômica Federal

#### Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,19% em fevereiro, 0,19 p.p. acima da variação de janeiro. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.031,21, em janeiro, para R\$ 1.033,16 em fevereiro sendo R\$ 533,89 relativos aos *materiais* e R\$ 499,27 à *mão-de-obra*. No Estado do Paraná, a variação mensal foi de 0,01% e em doze meses 5,50%, chegando o *custo por metro quadrado* a R\$ 1.059,31.



FONTE: IBGE e CAIXA

#### Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,37%, 0,23 p.p. acima do índice de janeiro e a componente *mão-de-obra* não apresentou variação frente ao mês anterior.

Os *custos regionais*, por metro quadrado, foram: R\$ 1.078,42 no Sudeste, R\$ 1.050,78 no Norte, R\$ 1.039,49 no Centro-Oeste, R\$ 1.071,44 no Sul e R\$ 956,27 no Nordeste.

#### Consequência

A variação de fevereiro registrou desaceleração, mantendo a trajetória de queda. Em março, decorrente do reajuste salarial em alguns Estados, o índice deverá apresentar maior aceleração, o que irá se repetir com intensidade maior em maio, como consequência do *dissídio* da categoria em São Paulo.

## **Inflação**

### **IPP - Índices de Preço ao Produtor (Fevereiro/2017) – IBGE**

#### **Fato**

O IPP apresentou variação negativa de 0,43% em fevereiro, ficando, portanto inferior à variação do mês anterior, positivos 0,30%. No acumulado em 12 meses, houve aceleração de 0,20 p.p. frente ao apurado no mês anterior, atingindo 1,54%. No acumulado do ano a variação está em negativos 0,13%.

#### **Causa**

No mês, onze das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações provenientes de *indústrias extrativas, metalurgia, impressão e fumo*. No indicador acumulado do ano, sobressaíram-se as variações positivas em *metalurgia, fumo, outros equipamentos de transporte e refino de petróleo e produção de álcool*.

#### **Consequência**

A *desaceleração dos preços* ao produtor em fevereiro deve se configurar em menores *pressões inflacionárias* para os próximos meses.

## **Operações de Crédito**

### **Nota à Imprensa (Fevereiro/2017) - BACEN**

#### **Fato**

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.070 bilhões em fevereiro. A relação entre o *crédito total e o PIB* recuou 0,2 p.p. frente ao mês anterior. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres e direcionados* atingiu 32,2% a.a., com redução de 0,6 p.p. no mês e avanço de 0,4 p.p. em doze meses e a *taxa de inadimplência* manteve-se em 3,7%.

#### **Causa**

O *volume total das operações de crédito* em abril apresentou retração de 0,1% no mês e de 3,5% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.530 bilhões, caindo 0,2% no mês e de 4,6% com relação a fevereiro de 2016. No segmento de *pessoa jurídica*, houve aumento de 0,1% no mês chegando a R\$ 724 bilhões, destacando-se os recuos de *financiamento às exportações, conta garantida e adiantamento sobre contratos de câmbio*. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* diminuíram 0,5%, chegando a R\$ 805 bilhões, com reduções em *cheque especial e cartão de crédito a vista*.

No *crédito direcionado* houve queda de 0,1% no mês e de 2,5% em doze meses, chegando a R\$ 1.541 bilhões. Esse desempenho resultou de decréscimo mensal de 0,7% nos financiamentos a *pessoas jurídicas*, e aumento de 0,6% no saldo referente a *pessoas físicas*, somando R\$ 779 bilhões e R\$ 761 bilhões, respectivamente. No segmento de *pessoas jurídicas* destacou-se o recuo nos *financiamentos de investimentos com recursos do BNDES* e no segmento a *pessoas físicas* o crescimento no *crédito rural e financiamentos imobiliários*.

As *taxas médias geral de juros* apresentaram redução de 0,6 p.p. no mês e crescimento de 0,4 p.p. em doze meses. Considerando apenas o *crédito livre*, o custo médio situou-se em 53,2%, com altas de 0,3 p.p. no mês e 9,9 p.p. em doze meses. Para *pessoa física* a *taxa média de juros* no crédito livre atingiu 73,2% a.a., com alta de 0,5 no mês. Nas *pessoas jurídicas*, ainda no *crédito livre* a taxa situou-se em 28,7%, com recuo de 0,1 p.p. no mês.

A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* manteve-se em 3,7%, registrando estabilidade pelo terceiro mês consecutivo e aumentou 0,2 p.p. em doze meses. A *taxa de inadimplência relativa a pessoas físicas* situou-se em 4,0% e para *pessoas jurídicas* 3,5%, apresentando estabilidade nos dois casos.

#### **Consequência**

Tanto no mês, como no ano, houve retração, para os próximos períodos o indicador deverá apresentar relativa estabilidade com expansão marginal, não devendo ocorrer maiores sobressaltos.

## Setor Externo

### Nota à Imprensa (Fevereiro/2017) - BACEN

#### Fato

Em fevereiro, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 935 milhões. As *reservas internacionais* no conceito de *liquidez* aumentaram US\$ 423 milhões, totalizando US\$ 375,3 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 315,1 bilhões, com diminuição de US\$ 6,2 bilhões em relação à posição de dezembro de 2016.

#### Causa

Em doze meses, o *saldo da conta de transações correntes* foi negativo em US\$ 22,8 bilhões. A *conta capital e financeira* registrou entrada líquida de US\$ 557 milhões, destacando-se no mês, os *ingressos líquidos* em *investimentos diretos no país*, US\$ 5,3 bilhões. A *conta de serviços* registrou *déficit* de US\$ 2,4 bilhões, 25,8% superior ao observado no mesmo mês em 2016.

A movimentação das *reservas*, durante o mês foi consequência, principalmente, de *receita de remuneração das reservas* e *variações por preço*. Em fevereiro, a *dívida externa* de *médio e longo prazo* diminuiu US\$ 2,2 bilhões, atingindo US\$ 262,8 bilhões, e a de *curto prazo* caiu US\$ 4 bilhões, totalizando US\$ 52,3 bilhões.

#### Consequência

O *déficit em transações correntes* que gerava muita preocupação no passado recente tem demonstrado recuo nos últimos períodos, mitigado principalmente pelo superávit comercial.

## Política Fiscal

### Nota à Imprensa (Fevereiro/2017) - BACEN

#### Fato

Em fevereiro, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 23,5 bilhões, acumulando no ano *superávit* de R\$ 13,2 bilhões. Em doze meses o resultado é de *déficit* de R\$ 147,4 bilhões (2,34% do PIB). O *resultado nominal* teve *déficit* de R\$ 54,2 bilhões, acumulando negativos R\$ 53,9 bilhões no ano e R\$ 535,6 bilhões (8,49% do PIB), em doze meses. A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 2.987,8 bilhões (47,4% do PIB). O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 30,8 bilhões, no mês, R\$ 67,2 bilhões no acumulado do primeiro bimestre e em doze meses os *juros* somam R\$ 388,2 bilhões, 6,16% do PIB. A *dívida bruta do governo geral* alcançou R\$ 4.450 bilhões, elevando-se 0,6 p.p. do PIB, atingindo 70,6%.

#### Causa

Na composição do *déficit primário* no mês, o *Governo Central* apresentou resultado negativo de R\$ 28,8 bilhões, os *governos regionais* e as *empresas estatais* por outro os tiveram *superávits* de R\$ 5,3 bilhões e R\$ 46 milhões, respectivamente. Com relação aos *juros apropriados* em fevereiro, houve retração de R\$ 5,6 bilhões em relação ao total apropriado em janeiro.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, houve elevação de 0,8 p.p. na comparação com o mês anterior. Na comparação anual, a relação teve aumento de 1,2 p.p., influenciada principalmente pela *incorporação dos juros*.

#### Consequência

O *resultado primário do setor público* segue apresentando sucessivos *déficits*, embora menores do que nos períodos anteriores. Preocupa o contínuo crescimento na *relação Dívida/PIB* e a falta de perspectiva de uma alteração do quadro no curto prazo.